

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

História do Brasil p/ CACD (Primeira e Segunda Fases) - Pós-Edital

Professor: Diogo D'angelo, Pedro Henrique Soares Santos, Rafael Nogueira



Sumário

Apresentação	2
Portugal lança-se ao mar	3
A construção de uma América Portuguesa	9
A interiorização da Colônia: sobre jesuítas, vaqueiros e bandeirantes	14
Um mundo de guerras à beira da diplomacia: o caso do Prata (séculos XVII e XVIII)	22
Rebeliões coloniais: nativismo e separatismo	28
Exercícios	30
Exercícios apresentados	55





Apresentação

Caros alunos, o período colonial foi o definidor não somente de nossa brasilidade, quanto também de alguns dos mais importantes paradigmas de nosso pensamento diplomático durante o período imperial, tal como a preocupação sempre presente pelo Rio da Prata e suas repercussões em nossa política interna. Ao longo dos anos, a prova do CACD tem explorado diversos temas relativos ao Brasil Colônia. Um em especial refere-se às questões relativas ao Tratado de Madri de 1750 e os conflitos com Espanha.

Vamos aos estudos!





Portugal lança-se ao mar

Em meados do século XV, em meio aos avanços científicos recentemente desempenhados em terras lusitanas, lançavam-se ao mar as portentosas **caravelas** e **naus** portuguesas, mistura de traços árabes com toques ocidentais. É incrível pensarmos que, no curso de pouco mais de um século, pelo menos desde o início do século XV até meados do XVI, grande parte dos povos de todo o globo terrestre estaria conectada em uma miríade de teias de comunicação interoceânicas em grande medida propositadas pelos bravos “**lusíadas**” de outrora, como bem denotou em seu épico o autor português **Luís Vaz de Camões**.



Figura 1 - Mapa Mundi alemão datado de 1492

Os séculos XV e XVI foram, principalmente para portugueses e espanhóis, os séculos dos **descobrimientos**, ou ainda, **a era das Grandes Navegações**. Graças a elas, a Europa ocidental foi aberta ao mundo, e sua face, bem como a do restante do planeta, não mais seria a mesma. Não por um acaso, alguns historiadores e geógrafos mais recentes propugnam que este teria sido o primeiro vislumbre de **globalização** no planeta, posto que a geração europeia quinhentista foi a primeira da história daquele continente a



conhecer (ainda que por meio de narrativas esparsas) territórios e regiões continentais até então desconhecidas, especialmente as novas possessões de suas majestades católicas ibéricas: as Índias Ocidentais, hoje conhecida como **América**. Foquemo-nos, no entanto, somente no caso português, o primeiro e mais áureo do século XV.

Já desde meados do século XIV navegadores oriundos do pequeno reino de Portugal, localizado no extremo ocidente europeu, aproveitando-se de suas batalhas contra os exércitos mouros estacionados em partes de seu território (compondo assim o cenário das guerras de **Reconquista**), já rondavam partes ocidentais do litoral norte do continente africano. O ponto de maior vigor dessas batalhas, e por muitos considerado o início da era das navegações portuguesas, se deu em torno da conquista da cidade árabe de **Ceuta** em **1415**, localizada no extremo sul da península ibérica, já em terras africanas, durante o reinado de **João I**, o primeiro da casa de Avis a reinar sobre Portugal. Com Ceuta sob o seu comando, pôde o monarca e seus sucessores, **Duarte I** e **Afonso V**, controlarem um importante entreposto comercial da **rota de especiarias** provindas das **Índias**, o que, não obstante, não se mostrou suficiente para antagonizar o quase monopólio deste comércio verificado em mãos de comerciantes do **sul da Itália** e dos próprios reinos árabes do oriente.



Figura 2 - Azulejos retratando a Conquista de Ceuta (1415)

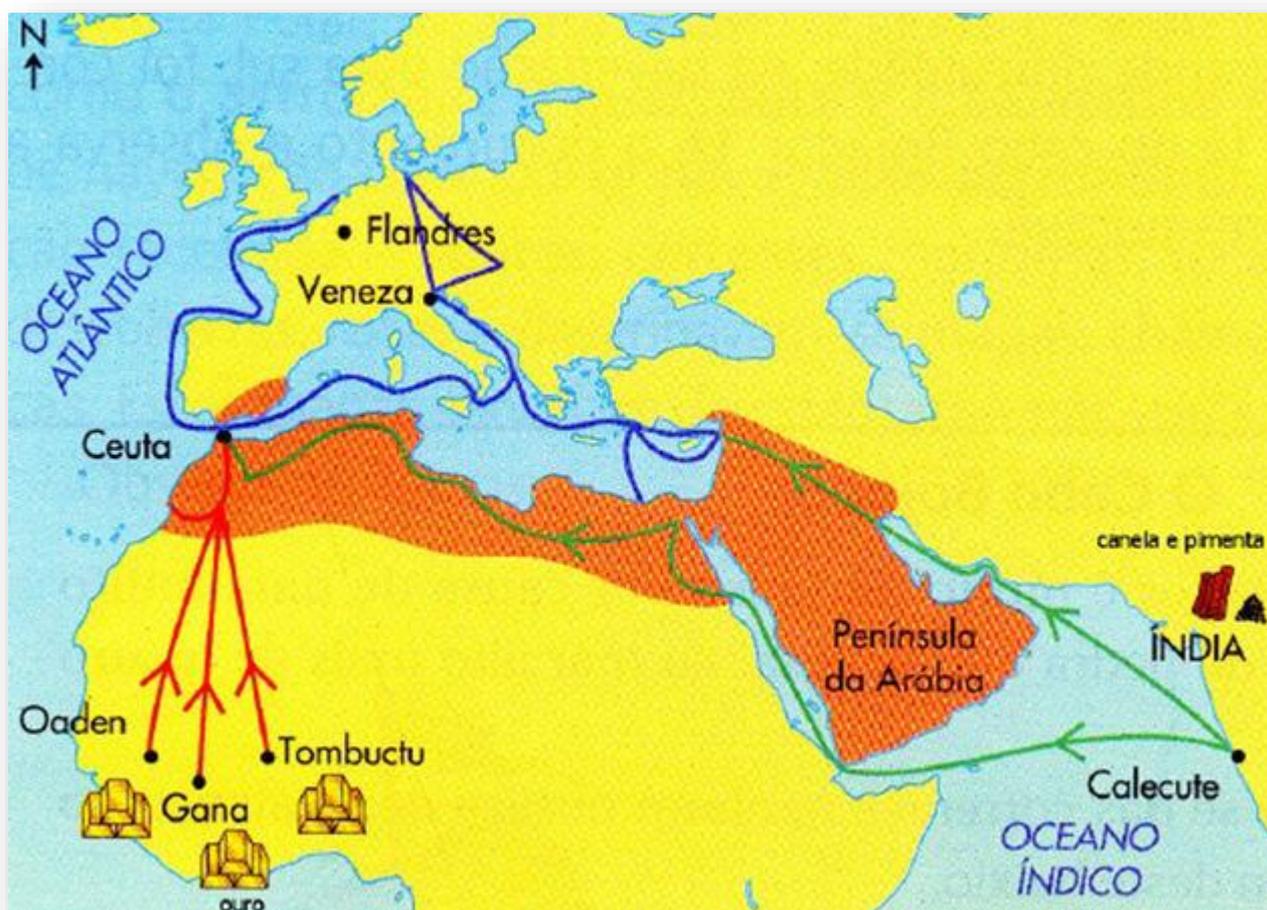


Figura 3 - Mapa representando as principais rotas das especiarias até as Grandes Navegações (linhas em verde e azul)

Todavia, conquistar Ceuta demonstrou aos portugueses que o seu poder bélico e marítimo não poderia ser verificado a partir de seu diminuto território. Entre **1415 e 1500**, verificou-se o crescente aumento da frota naval portuguesa e, em igual proporção, a ambição do reino ibérico em desbravar novas terras, conquistar territórios e, afinal se fosse possível, encontrar melhores e mais rápidas **rotas marítimas rumos às Índias**. Não bastava, contudo, estar determinada em atingir os alvos objetivos: caberia a Portugal também encontrar soluções criativas para o desenvolvimento de navios maiores, mais velozes e resistentes para enfrentar os **mares desconhecidos**, por muito tempo ambicionados e temidos pelos europeus. A consequência deste impasse foi o desenvolvimento de um centro de estudos náuticos na região de **Sagres** em **Algarves**, ao sul de Portugal. Financiado pelo **infante D. Henrique**, a escola de Sagres possibilitou o aprimoramento de diversos conhecimentos científicos da época, em grande medida absorvidos da cultura árabe que por séculos se avizinhou dos reis cristãos. De seus estudos se deve o aparecimento, por volta de **1440**, das **naus**, intensamente utilizadas no contorno do litoral africano, e, pouco tempo mais tarde, das **caravelas**, responsáveis pelas navegações rumo ao Brasil.



Figura 4 - Caravela portuguesa do auge da era das navegações

Até o ano de 1488, os portugueses conseguiram explorar toda a costa ocidental da África, estabelecendo ao longo deste percurso comunicação com os povos locais e assentando parte dos seus em **feitorias** dedicadas ao comércio. Finalmente, naquele ano, o navegador **Bartolomeu Dias** conseguiu dobrar o **cabo das Tormentas** (mais tarde renomeado para **cabo da Boa Esperança**) e assim se tornar o primeiro português a navegar pelo oceano Índico a partir do sul da África. Na década seguinte, diversas viagens de exploração seriam empreendidas por seus compatriotas, como é exemplo as viagens de **João Fernandes Lavrador** e **Pêro de Barcelos** rumo à América do Norte, próximo à Groelândia, a partir de **1495**. Por fim, entre **1497 e 1499**, o explorador **Vasco da Gama** finalmente levou Portugal às Índias, mais exatamente à região de **Calecute**.



Atento aos avanços de sua vizinha Portugal nos mares, o reino de **Espanha**¹ passou, a partir do biênio **1491-92**, anos que puseram fim ao processo de **reconquista espanhol**, a também financiar expedições marítimas rumo às Índias². A primeira grande expedição foi comandada pelo **navegador genovês Cristóvão Colombo**, que propugnava a possibilidade de se navegar ao Oriente por meio da **circum-navegação** do globo em direção ao **Oeste** (daí o famoso mito de que ele teria sido o primeiro defensor da ideia da esfericidade da Terra). Financiado pelos reis católicos, Colombo acabou por confrontar, em meio às suas navegações, uma realidade intrigante: no meio do grande mar havia um imenso e desconhecido continente.

A chegada de Colombo às Américas³, especialmente a uma de suas áreas mais ricas e densamente povoadas, levou os dois reinos ibéricos, imiscuídos em intensas disputas locais durante o último quartel do século XV (sobretudo em torno da **questão dinástica do reino de Castela**), a buscarem definições acerca da posse das novas terras recém-descobertas e daquelas a se descobrir. O primeiro ato em direção à busca de um consenso se deu em torno da bula papal **Inter Coetera** de **1493**, que buscou constituir uma linha imaginária que divisasse as novas terras encontradas dali em diante pelos dois reinos a partir de **100 léguas a oeste da ilha de Açores**.

A solução papal desagradou a **João II de Portugal**, que retornou às negociações com o seu vizinho (desta vez de forma direta e não mediada) no ano seguinte na cidade de **Tordesilhas**, compactuando com este, em **1494**, o tratado que levou o nome da cidade acima e que remarcou o meridiano de referência para uma linha imaginária demarcada a partir de **370 léguas a oeste de Cabo Verde**, cabendo a Portugal todas as terras descobertas e a serem descobertas dentro deste limite e à Espanha os territórios além da linha. Veremos que o **Tratado de Tordesilhas**, apesar de determinante em um primeiro momento para a demarcação das possessões lusitanas sobre a América (o embrião do Brasil), acabou por se demonstrar distante das reais possibilidades auferidas pelos estudos geográficos da época, que não possuía ainda uma ideia clara das extensões das terras.

¹ Aqui utilizamos o termo “Espanha” em referência, no século XVI, ao conjunto de terras pertencentes tanto na Península Ibérica quanto no Mediterrâneo aos reinos de Castela e Aragão, os quais foram unidos (porém mantidos autônomos e soberanos) na figura dos **Reis Católicos** Isabel de Castela e Fernando de Aragão. A terminologia “Espanha” (como se dizia à época) refere-se ao termo latino “Hispania”, como se chamava a península no período de dominação romana. O Império espanhol, assim chamado propriamente, surgiria a partir do reinado de **Carlos I** (feito rei de Castela, Leão e Aragão em 1516 e Sacro Imperador Romano-Germano em 1519, onde foi conhecido como Carlos V) e de seu filho **Filipe II**.

² Como os europeus ocidentais chamavam abstratamente as nações do “Oriente distante”.

³ Por longo tempo o **Novo Mundo** foi conhecido pelos espanhóis como as **Índias Ocidentais**. A palavra América somente passou a ser utilizada a partir do século XVII, em referência ao navegador italiano Américo Vespúcio, que redigiu as primeiras impressões acerca do novo mundo em cartas dirigidas aos reis ibéricos, como é o caso de sua carta sobre o descobrimento do Brasil.



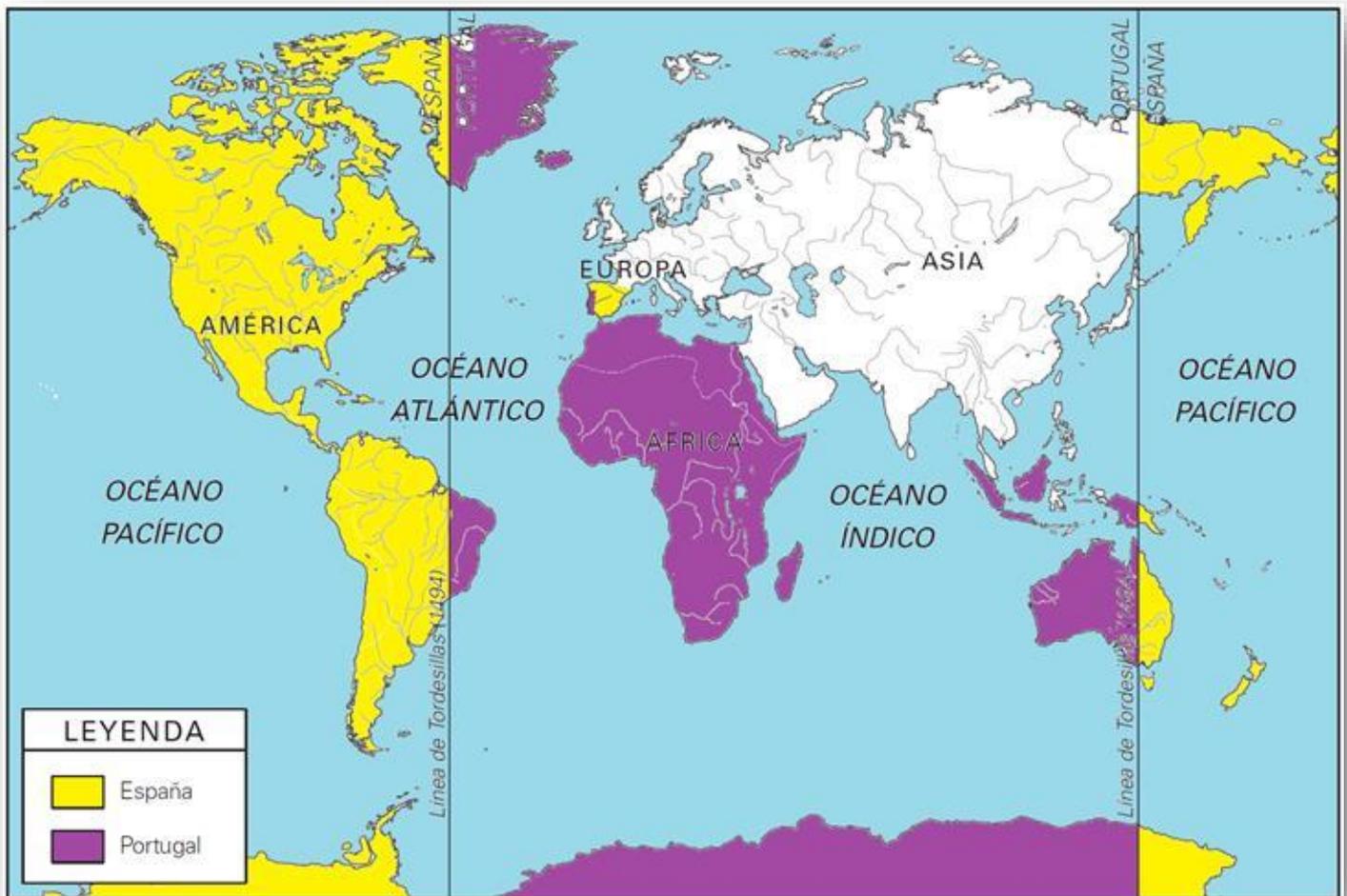


Figura 5 - Demarcações segundo o Tratado de 1494

Graças à concordata entre portugueses e espanhóis acerca das definições territoriais no **Novo Mundo**, coube a **Pedro Álvares Cabral**, à frente da segunda frota portuguesa de exploração das **Índias**, a “descoberta” do Brasil no ano de **1500**, tendo aportado primeiro na região da atual **Porto Seguro** na **Bahia**. O termo “descobrimento”, que denota terras vazias e desocupadas, bem como uma completa falta de interesse na dita descoberta, já é hoje muito questionado na academia, posto a **preexistência de povos autóctones no continente americano** (erroneamente nomeados de “índios” pelos europeus). Fato é, no entanto, que em **1500**, após navegarem rumo ao Oeste a partir da costa africana, Cabral e sua frota avistaram terra firme (o **Monte Pascoal**, pois era o período da Páscoa) em **22 de abril de 1500**, entrando em contato com indígenas locais no dia seguinte e partindo do continente entre 2 e 3 de maio do mesmo ano. Teria início a história da **América Portuguesa!**



A construção de uma América Portuguesa

As primeiras décadas seguidas à chegada das caravelas de Cabral ao território brasileiro foram marcadas pela baixa atividade colônica por parte de Portugal, isso ao menos até o ano de 1530. Assim, os 30 anos seguidos ao “descobrimento” de 1500 foram basicamente caracterizados por dois movimentos uníssimos por parte dos portugueses: **o estabelecimento de contato com os grupos autóctones e a criação de feitorias no litoral brasileiro para o controle da exploração de Pau-Brasil.**

O **Pau-Brasil** foi o mais cobiçado item de exploração durante o primeiro século de colonização, tendo sido muito utilizado no mercado externo para a construção civil e para o uso em tinturarias. Em realidade, a não descoberta de itens mais valiosos por parte dos portugueses logo de sua chegada, tais como o ouro e prata, gerou a necessidade pela exploração de outros itens comerciais, daí se destacando o pau-brasil.

A utilização de pau-brasil somente foi possível graças aos vínculos criados com muitas etnias indígenas ao longo da faixa litorânea primeiramente habitada no Brasil. O contato entre indígenas e europeus sofreu fortes mudanças durante as primeiras décadas do século XVI, passando da cordialidade inicial para um estado de alianças e conflitos. De modo a possibilitar o estabelecimento de **feitorias** (ocupações muradas situadas em pontos do litoral brasileiro que tinham por objetivo estocar a madeira explorada), os portugueses passaram a estabelecer sistemas de alianças tribais, fazendo uso das rivalidades preexistentes à chegada dos portugueses ao território. Esse sistema foi benéfico de duas diferentes formas: primeiramente, por legar aos portugueses a mão-de-obra necessária para a exploração da mata e para o corte e transporte da madeira rumo às feitorias, de onde a madeira partiria em direção aos navios portugueses; e em segundo lugar, para o resguardo do território colonial de invasões de outros reinos.

A aliança com grupos indígenas em reação à pressão estrangeira se mostrou essencial na medida em que o interesse de outros reinos europeus pela extração de pau-brasil e pelo território ainda inexplorado passou a se tornar evidente. Exemplo disso foram as constantes incursões de navios franceses (ou ao seu mando) em direção ao litoral brasileiro em busca de pau-brasil nas três primeiras décadas do XVI. A ação francesa no território brasileiro não passou despercebida dos olhos da corte portuguesa. A partir de 1530, com o envio de **Martim Afonso de Sousa** para a colônia, Portugal passou a intensificar a ação colonizatória como forma de estancamento da ação francesa na região. Uma das primeiras medidas estabelecidas foi a repartição do litoral brasileiro em **15 grandes faixas territoriais** denominadas **capitanias hereditárias**, entregando-as, sob a forma de **cartas de doação**, a homens escolhidos pelo rei na tarefa de controle e exploração do território colonial.



Entre 1534 e 1536 foram criadas as capitânias exemplificadas no mapa abaixo:



A regulação dos direitos e deveres dos capitães donatários se dava por meio das chamadas **carta de foral**, cuja existência dentro dos limites do reino lusitano remonta-se ao século XII, onde servia como forma de estabelecimento legal das diversas comunidades espalhadas pelo reino metropolitano. Segundo essas cartas, cabia aos capitães donatários:

DEVERES	DIREITOS
---------	----------



<ul style="list-style-type: none">• O desenvolvimento econômico de sua capitania, cuja uma das formas encontradas, à exemplo de Pernambuco, foi a exploração da cana-de-açúcar;	<ul style="list-style-type: none">• Exercer a autoridade administrativa e penal sobre os habitantes da capitania;
<ul style="list-style-type: none">• A defesa territorial face ao avanço de forças hostis à coroa;	<ul style="list-style-type: none">• Cobrar impostos sobre rios e portos;
<ul style="list-style-type: none">• A expansão da fé católica;	<ul style="list-style-type: none">• Resguardar para si parte dos lucros em torno do comércio de pau-brasil e dos demais itens explorados na capitania;
<ul style="list-style-type: none">• O estímulo da ocupação do território por entes leais à coroa, obrigatoriamente cristãos, na forma da criação de vilas e cidades;	<ul style="list-style-type: none">• Conceder sesmarias a outros colonos, que também estariam obrigados a defender e desenvolver esses lotes de terras.
<ul style="list-style-type: none">• Entregar 10% do lucro dos produtos da terra e 20% dos metais preciosos que viessem a ser encontrados à Coroa.	

Apesar do esforço propugnado por Portugal em torno da criação de capitanias, fato é que sua implementação prática foi permeada de dificuldades ímpares, tais como: **1) os poucos recursos financeiros por parte dos donatários, 2) a limitada capacidade logística existente em territórios tão imensos, 3) a baixa comunicação entre as capitanias, 4) as resistências de indígenas inimigos dos colonizadores e 5) os diversos ataques de frotas corsárias a esses territórios.** A experiência da “privatização” da colonização do Brasil (algo também experimentado em grande parte da América espanhola) fracassou miseravelmente em praticamente todas as capitanias, legando êxito apenas em duas províncias, as de **Pernambuco e São Vicente**, cuja experiência em torno da **cultura canavieira e do comércio de escravos** deixou prósperas marcas em suas economias, estimulando também toda a economia colonial a partir do século seguinte. Não obstante, cristalizaram-se na economia e sociedade colonial duas características centrais das malfadadas capitanias: o aparecimento das primeiras **vilas e cidades** na colônia e o enraizamento do sistema de **sesmarias** na divisão de terras, origem do predomínio dos latifúndios na divisão fundiária brasileira até a atualidade.

Recordemos que as capitanias foram criadas tendo por objetivo a contenção do avanço estrangeiro sobre os territórios coloniais. Na medida em que se tornava cabal a fraqueza do sistema de capitanias, navegadores franceses, com o apoio de indígenas tupinambás e tamoios, estabeleceram uma base militar na





Baía de Guanabara por volta de 1550. Essa colônia se desenvolveu por quase duas décadas, constituindo a chamada **França Antártica**, que seria destruída por militares portugueses aliados a indígenas tupiniquins. Foi neste contexto, com o objetivo de se expulsar os franceses e reagir à patente fragilidade da colonização portuguesa até aquele instante, que a coroa portuguesa instituiu o **Governo Geral**, baseado na primeira capital brasileira, **Salvador**.

O primeiro governador geral da colônia foi **Tomé de Sousa**, entre os anos de 1549 e 1553. Seu objetivo seria a construção e fortificação da capital colonial, a correção dos maus hábitos, a catequização dos indígenas e a busca por metais preciosos, tendo ele iniciado o movimento de **entradas**, que abordaremos mais a frente. Junto a si vieram outros portugueses convocados a assumirem cargos públicos, um grupo de colonos e seis jesuítas chefiados pelo padre **Manuel da Nóbrega**, os primeiros enviados da **Companhia de Jesus** para as Américas. Com ele também vieram as primeiras cabeças de **gado** para a região de Salvador, que logo se alastrariam em direção ao sertão nordestino e ajudaria a complementar a alimentação e o mercado interno colonial nos séculos seguintes.



Figura 6 - Tomé de Sousa

Em 1553 foi sucedido por **Duarte da Costa**, o qual teve de lidar com a fundação da já mencionada França Antártica na região do atual Rio de Janeiro. Duarte da Costa também veio acompanhado de numerosos colonos portugueses e de padre jesuítas. Dentre estes se destacaria o então noviço **José de Anchieta**, cuja intensa atividade ao lado do padre Manuel da Nóbrega rendeu-lhe o título de grande catequizador das tribos indígenas no litoral sudeste brasileiro, tendo também participado da fundação, no planalto do Piratininga, do **Colégio de São Paulo** no ano de 1554, o qual daria origem à futura cidade de São Paulo.



Foi durante o seu governo que numerosas terras existentes ao longo do litoral baiano, então sob domínio das tribos tupinambás, foram capturadas pelas tropas portuguesas e convertidas principalmente em engenhos de açúcar. No entanto, ainda que tenha logrado êxito em grande parte de seus intentos, Duarte da Costa voltou à Portugal marcado pelo estigma da invasão francesa à Baía de Guanabara, e ainda mais como aquele que não conseguiu expulsá-los de solo brasileiro. Em 1558 foi sucedido por **Mem de Sá**, que conseguiria utilizar-se de uma eficiente aliança militar com grupos indígenas favoráveis à Coroa portuguesa e assim reagir à presença francesa no Brasil, a qual chegou ao fim em 1567, graças também à belicosidade de seu sobrinho **Estácio de Sá**, fundador do **forte da Baía da Guanabara**, origem da cidade de **São Sebastião do Rio de Janeiro (1565)**.

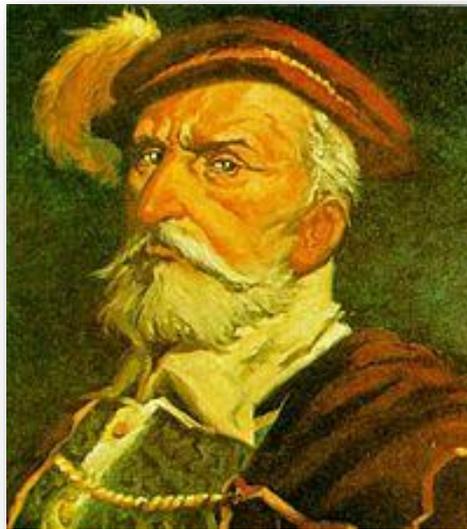


Figura 7 - Mem de Sá

Os governos-gerais foram responsáveis, às duras penas, pela concretização do almejado plano de colonização do Brasil por Portugal. Pacificada, ao menos até o segundo quartel do século XVII, a colônia, teve início um relativamente longo e próspero período de enriquecimento de grande parte do território nordestino, estendendo-se da cidade de Salvador até a região do atual Maranhão. Esse enriquecimento foi possível graças à expansão dos **canaviais de açúcar** pelos solos mais férteis e litorâneos da região, onde prosperaram desde então os **engenhos-de-açúcar**, cuja existência marcou a chegada maciça, em especial a partir da primeira metade do XVII, de **africanos escravizados** à colônia, cujo trabalho desempenharia o papel de força motriz da economia colonial até a promulgação da Lei Áurea quase 300 anos depois.

Ainda, foi durante esse período que surgiram as primeiras **Câmaras municipais** nas **vilas e cidades** recém-fundadas da colônia. As câmaras eram geridas pelos **“homens-bons”**, geralmente grandes senhores de terra e escravos, os quais ocupavam os cargos de vereadores destas câmaras. Os cargos de vereadores estavam proscritos a descendentes de negros, alforriados e judeus. Nestas câmaras decidia-se todos os assuntos relativos à administração das cidades: a criação e cobrança de impostos, a realização de obras



públicas, o pagamento de provimentos aos livres, a garantia de abastecimento de víveres às suas localidades, etc. A existência das câmaras marcou o momento de maior autonomia para as vilas e pequenas cidades do período colonial, dando-lhes a capacidade mesma de requerer ao governo e ao próprio rei diversas reivindicações de foro político e econômico.

Por fim, vale mencionarmos que, em 1621, com o objetivo de tornar mais efetiva a administração colonial, o governo português dividiu as antigas capitanias em dois blocos de concentração: o **Estado do Maranhão**, com capital em São Luís até o ano de 1751, e o **Estado do Brasil**, com capital em Salvador. Além disso, durante a colônia, oficialmente exerceu-se o sistema do **exclusivo metropolitano** (ou **pacto colonial**), onde a colônia brasileira estaria submetida ao comércio exclusivo com a metrópole portuguesa. No entanto, a ideia de um pacto colonial tão impactante tem sido questionado por uma recente historiografia sobre a colônia, onde tem se demonstrado que o comércio brasileiro com regiões limítrofes não estava de tal modo engessado pelo pacto, e mesmo o tráfico negreiro foi em grande medida mais lucrativo para os próprios traficantes do que para a Coroa (que, apesar disso, também lucrava imensamente com o tráfico).

A interiorização da Colônia: sobre jesuítas, vaqueiros e bandeirantes

A utilização de mão-de-obra escrava foi comum na colônia desde a primeira metade do XVI, quando indígenas rebelados contra a colonização lusa foram progressivamente derrotados e escravizados por meio da lógica das **guerras justas** pelos colonos portugueses e seus aliados indígenas e **mestiços mamelucos**, o resultado da primeira miscigenação étnica na colônia entre brancos e índios. Muitos destes mamelucos se tornaram especialistas no apresamento de indígenas nos **sertões**, isto é, nos territórios interioranos, e por isso se tornariam o braço central das **bandeiras** realizadas entre os séculos XVII e XVIII.

A escravização de indígena foi duramente repreendida pelas autoridades jesuíticas presentes na colônia. A crítica também estava acompanhada por uma séria preocupação: a gradativa e rápida diminuição no tamanho da população indígena ocorrida pelo alastramento de diferentes **epidemias** oriundas de solo europeu, às quais os indígenas não tinham condições biológicas de resistir. Esta preocupação, e o anseio pela evangelização dos nativos, levou à formação de **missões jesuíticas** em diferentes partes da colônia, especialmente nas regiões mais interioranas. Além disso, dada a pressão crescente por uma ação efetiva da Coroa em relação a essa questão, sobretudo por parte do papado, a escravidão indígena passou a ser





substituída pela vinda de africanos escravizados, cujo conhecimento progressivo no cultivo da cana-de-açúcar seria essencial para a consolidação dessa cultura na colônia.

O incremento de africanos escravizados na colônia também se deu mediante o aumento dos lucros oriundos do **“comércio infame”** de escravos, tradicionalmente conhecido por **tráfico negroiro**. O tráfico era levado a cabo por comerciantes portugueses, africanos e colonos (inclusive mamelucos). O comércio envolvia interesses mútuos entre traficantes e intermediários no continente africano, cuja ação se dava de diferentes formas, dentre elas: o aprisionamento em guerras, a escravidão por dívidas e o rapto de indivíduos ou pequenos grupos de pessoas em tribos inimigas. As condições do transporte eram deploráveis, causando um elevado índice de mortalidade entre os cativos nos **navios negroiros**. Uma vez chegados à costa brasileira, os escravizados eram imediatamente levados aos mercados de compra e venda de escravos, onde recebiam o ultimato de seu funesto destino.

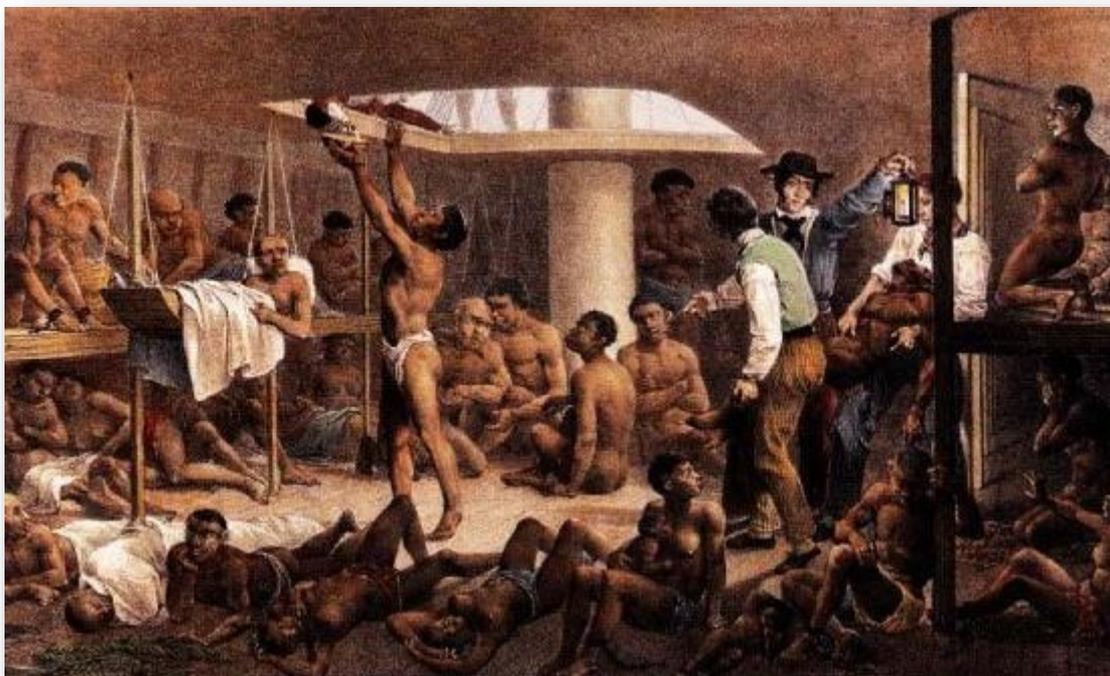


Figura 8 - Navio Negroiro

Até meados do século XVII, Pernambuco foi o coração financeiro da colônia, concentrando em suas terras o grosso dos grandes centros de produção açucareira. As grandes fazendas de produção de açúcar, reputadas historicamente como os **engenhos de açúcar** (nomenclatura originalmente utilizada em referência ao maquinário de produção de açúcar existente nessas fazendas), englobaram grande parte dos grupos sociais comuns à colônia: os **senhores de engenho**, proprietários destas terras originárias de antigas sesmarias, os **escravizados**, que formavam o grosso da população do engenho, englobando a cifra de quase 80% de seus habitantes, e os **trabalhadores livres**, que ocupavam diferentes postos assalariados dentro dos engenhos a mando de seus senhores, tais como o cargo de **feito-mor**, o responsável pelo controle de toda a



produção da fazenda, **mestre de açúcar, purgador, caldeireiro, Oficial de açúcar e Feitor de campo**, dentre outros.

As instalações típicas dos engenhos eram: a **Casa-grande** (moradia do senhor, de sua família e de seus escravos domésticos), a **Senzala** (onde viviam aglomerados a quase totalidade dos escravos da propriedade), o **canavial** (local de plantio da cana-de-açúcar), a **Moenda** (onde se moía a cana e extraía-se o seu bagaço e caldo) a **Casa das caldeiras** e o **Moinho** (onde o caldo era limpadado e purificado), a **Casa de purgar** (onde se cristalizava o melado do açúcar), dentre outras instalações menores. Os “pães de açúcar” (blocos duros de açúcar) eram levados para os portos, de onde se dirigiam rumo o mercado europeu, onde seriam refinados e revendidos para todo o mundo.

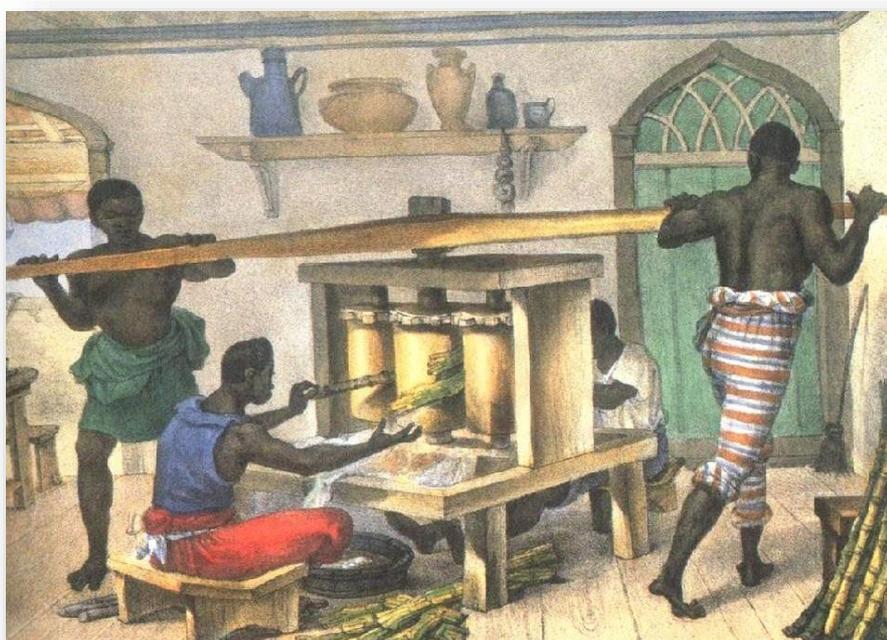


Figura 9 - Escravos trabalhando a moenda

A produção de açúcar na colônia e, especialmente, em Pernambuco foi fortemente impactada por acontecimentos no âmbito metropolitano. Em **1580**, dois anos após a morte em batalha do rei **D. Sebastião**, que morreu sem deixar herdeiros, e logo após a morte de seu tio e sucessor **Cardeal Henrique I, o “casto”**, abriu-se em Portugal uma sangrenta disputa pelo trono. Venceria um dos três pretendentes ao trono português (e o mais poderoso): **Felipe II, rei de Espanha**, coroado em 1581 como **Filipe I** de Portugal. Inaugurava-se sob a **dinastia Filipina** um período de 60 anos de união das coroas de Portugal e Espanha sob a liderança do monarca espanhol, período conhecido como **União Ibérica**.



O reinado de Filipe II se estendia também por sobre a região dos **Países Baixos** (atuais Holanda e Bélgica), região que lutava por autonomia administrativa e religiosa desde a conversão de grande parte da região ao **calvinismo** no contexto da **Reforma Protestante**. Em 1581 a população local declarou a independência da **República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos**, com capital em **Amsterdã**, do Império espanhol. Como reação, Filipe II mandou que os súditos da coroa (incluindo-se aqui os portugueses) cortassem relações comerciais com a nova república, por ele considerada uma província rebelde do Império.

Ocorre que a produção açucareira brasileira recebia pesados investimentos de bancos holandeses, tornando a proibição imposta pelo soberano bastante pesada para senhores de engenho e comerciantes locais. O comércio holandês sofrera grande impulso desde 1602, quando foi criada a **Companhia Holandesa das Índias Orientais**, um dos primeiros grandes exemplos de multinacionais da história. O avanço holandês rumo à competição pelos mercados orientais inspirou a criação da **Companhia Holandesa das Índias Ocidentais** em 1621, cuja competência central seria o boicote às imposições do monarca espanhol e o controle de pontos chaves da produção açucareira.

Assim teve início as **Invasões holandesas**, coordenadas pela Companhia a mando do governo holandês. A primeira das invasões teve como destino a cidade de Salvador no ano de **1624**, tentativa frustrada em um curto período de tempo por forças luso-brasileiras e espanholas. A segunda onda de invasões se deu em direção ao maior produtor de açúcar do mundo daquele período, a capitania de Pernambuco, no ano de **1630**. Desta vez a tentativa foi exitosa, levando à ocupação holandesa do solo pernambucano por 24 anos.

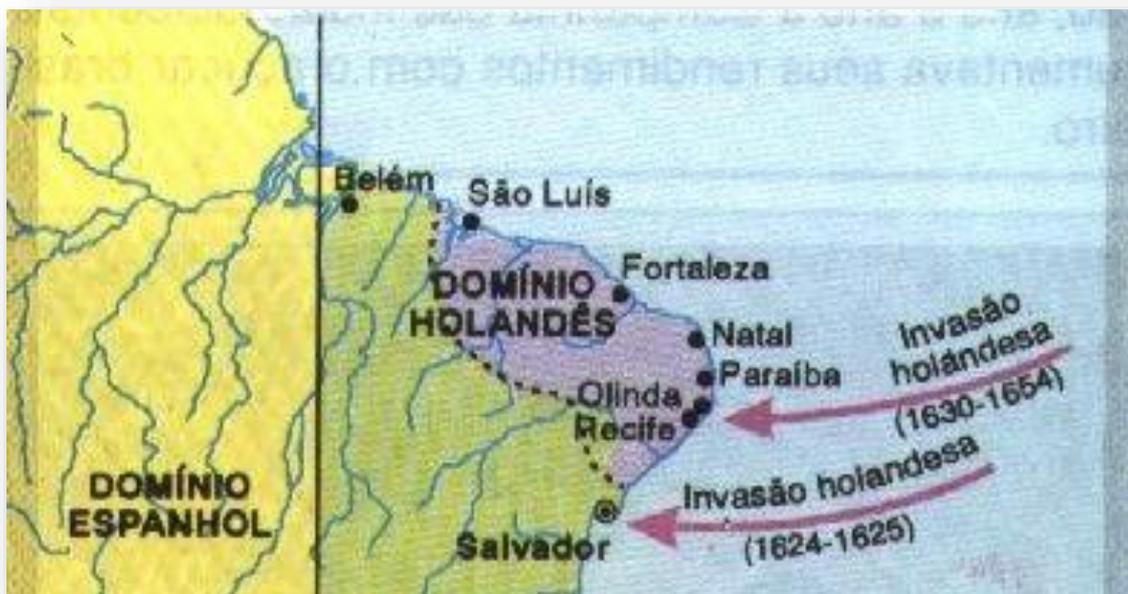


Figura 10 - Brasil Holandês



O chamado **Brasil holandês** gradativamente cresceu territorialmente desde a capitania da Bahia até a região do Maranhão. O principal responsável por essa guinada foi o conde **Maurício de Nassau**, enviado para o Brasil no ano de 1637 com o objetivo de coordenar a ocupação holandesa. Sua política verteceu-se em algumas bases centrais: **1) concessão de empréstimos aos senhores de engenho, 2) a institucionalização de políticas de tolerância religiosa entre católicos e calvinistas e 3) melhorias urbanas na região de Recife.** A resistência aos holandeses permaneceu isolada nas regiões interioranas ao sul de Pernambuco por vários anos. A grande mudança se deu em **1640**, ano em que Portugal veio a se separar da coroa espanhola por intermédio do duque de Bragança, que logo seria coroado sob o título de **D. João IV**, o primeiro monarca da dinastia de Bragança.

Uma das primeiras medidas adotadas por D. João foi o estabelecimento de um acordo de paz com prazo de 10 anos para com os holandeses, de modo que pudesse readequar a resistência. Todavia, antes mesmo que se iniciassem quaisquer agressões por parte de luso-brasileiros, os próprios holandeses se encarregariam por reunir os seus inimigos. Pressionado por credores holandeses, que buscavam implementar restrições de créditos aos senhores de engenho locais, Nassau se retiraria do Brasil em 1644, dando lugar a outros governantes que implementariam medidas fortemente antipopulares e reintroduziriam o elemento de intolerância entre católicos e protestantes, levando mesmo à perseguição aberta a sacerdotes católicos.

A partir de **1645** teve início a **Insurreição Pernambucana**, cujo ápice foram as **Batalhas de Guararapes** entre **1648 e 1649**, todas elas vencidas por tropas luso-brasileiras, compostas por portugueses, indígenas e africanos. Após as sucessivas vitórias, Portugal manteve o envio de tropas em direção aos holandeses, que se retirariam em definitivo de solo brasileiro em **1654**. A retirada holandesa foi seguida pela expansão da produção canaveira nas **Antilhas holandesas**, que logo se tornaram fortes concorrentes do açúcar pernambucano e brasileiro em geral. Foi no contexto de queda do valor do açúcar brasileiro no plano internacional que outro produto de maior valor e importância pouco-a-pouco entrou na pauta econômica da colônia.





Figura 11 - Batalha de Guararapes

Isto está diretamente relacionado com um importante efeito colateral oriundo do período da União Ibérica. Durante essa experiência política, as fronteiras entre as colônias ibéricas se tornaram confusas e, na prática, desnecessárias. Aproveitando-se dessa confusão, colonos luso-brasileiros, especialmente **paulistas**, passaram a coordenar diversas expedições militares rumo ao interior brasileiro, denominadas **bandeiras**. As bandeiras tinham por objetivo a **captura de escravos fugitivos para senhores contratantes, a escravização de indígenas e a descoberta de metais preciosos**. Com as bandeiras, as fronteiras originais da colônia lusa, delimitadas oficialmente pelos meridianos do Tratado de Tordesilhas, foram expandidas rumo ao **vale amazônico ao norte e à região do rio da prata ao sul**.



Figura 12 - Principais bandeiras

Entre o fim do século XVII e o início do XVIII, bandeiras coordenadas desde São Paulo descobriram **veios de ouro** na região que se estende desde o atual Paraná até Minas Gerais, mais tarde se expandindo também rumo a Goiás e Mato Grosso. Foi nas Minas Gerais que teve propulsão a **Era do Ouro**, que daria um novo impulso na economia colonial a partir de 1700. A descoberta de ouro por bandeirantes paulistas em Minas Gerais logo atraiu a atenção de colonos de todas as partes, incluso da própria metrópole. Neste contexto ocorreu a **Guerra dos Emboabas**, em que paulistas e colonos recém-chegados se digladiariam pela posse do ouro local, vencendo o segundo grupo, que logo empurrou os paulistas em direção ao Centro-Oeste.

A produção de ouro foi determinante em localidades como **Vila Rica de Ouro Preto**, **Vila Real de Sabará** e **Vila de São João Del Rei**, e foi seguida também pela descoberta de diamantes no **distrito diamantino** (atual Diamantina). Para lá se dirigiram habitantes de toda a colônia e metrópole, gerando um fenômeno de **urbanização** (cuja riqueza se ostentava nas linhas do **barroco**) e **alta densidade demográfica**.



A atração de grandes contingentes populacionais sedentos pela “febre do ouro” foi acompanhada por problemas de abastecimento de víveres e itens de natureza básica. Assim, passou-se a incrementar a alimentação da população local com itens oriundos do mercado interno colonial e de criações de gado ao sul e no Nordeste.

A criação de gado sempre exercera um papel de importância para a economia colonial, fosse com o gado utilizado como força motora nos engenhos de açúcar, fosse pelo abate voltado para o abastecimento do mercado interno. No caso nordestino, as criações de gado colaboraram com a interiorização da colônia lado-a-lado com o movimento dos jesuítas e bandeirantes nas regiões ao sul. Ali, criadores de gado foram obrigados a buscar solos mais pobres no **sertão** e **agreste** nordestino, uma vez que os férteis solos litorâneos estavam resguardados por decreto real para a produção de açúcar. Agora, esse mesmo gado seria necessário para o abastecimento da imensa população deslocada rumos às minas.

A produção de ouro foi, desde cedo, alvo de preocupação por parte da coroa portuguesa. A guerra dos emboabas despertou Portugal para o perigo iminente de se perder de vista a rica produção aurífera mineira, escoando-a direto para as mãos de interessados locais. Assim, criou-se várias instâncias de controle da produção e venda, indo desde impostos até institutos reais. Dentre os impostos destacou-se o **quinto**, que estabelecia o envio de 20% da produção de ouro rumo ao tesouro português. Em caso de não cumprimento do quinto, declarava-se a **derrama** sobre os acusados, onde confiscava-se à força bens do devedor como forma de pagamento de seu débito. Além disso, diante das artimanhas de escoamento ilegal de ouro (das quais se destacou o popular **santo do pau oco**), o governo metropolitano fez criar as **Casas de Fundição**, por onde todo o ouro deveria passar, sendo transformado em barras com o selo real, e ali sendo também retido de automático o quinto da coroa.

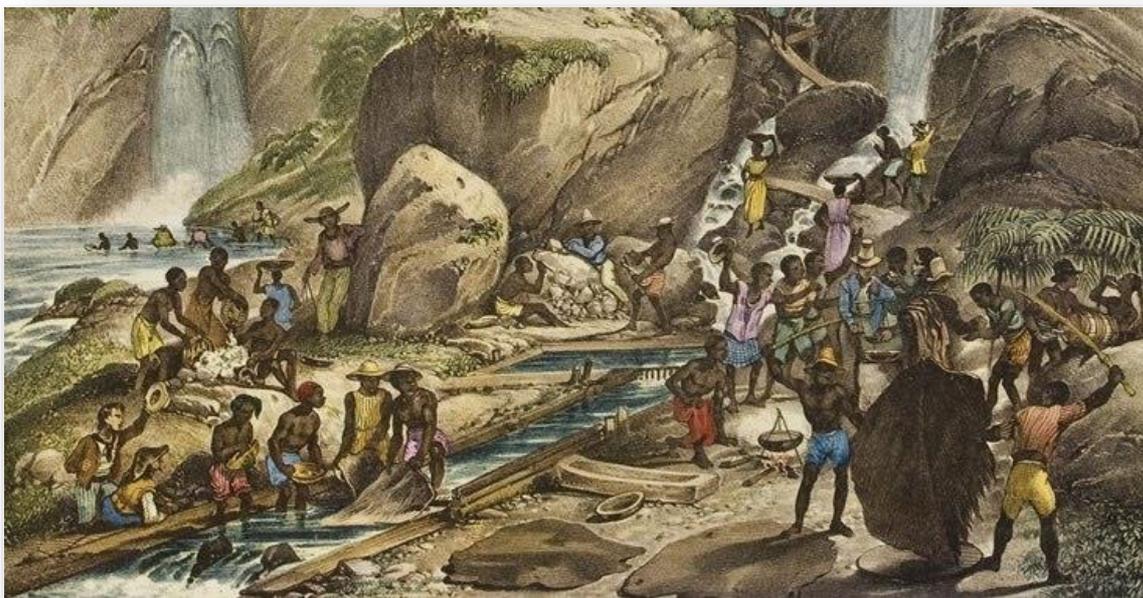


Figura 13 - Lavagem de ouro



A produção de ouro focou aquelas regiões auríferas mais próximas a leitos de rios, e por esse motivo logo o ouro começou a rarear, com apenas 50 anos aproximados de **ciclo do ouro**. A partir de **1750** a produção sofreu uma enorme queda, o que, por um lado, redundou em crescentes manifestações de descontentamento dos habitantes locais para com a coroa e, por outro lado, levou à dispersão de grande parte dos mineiros em direção ao centro-oeste e centro-sul da colônia.

O período de crise na produção aurífera coincidiu com a égide das **Reformas Pombalinas** empreendidas pelo **Marquês de Pombal**, o principal ministro e conselheiro do rei **D. José I**. As reformas que mais impactaram sobre a organização colonial foram: **a racionalização dos gastos do Erário Régio** (Tesouro Real) e, sobretudo, **a maior taxaço e coerço sobre os produtores de ouro das minas**. Além disso, Pombal foi o responsável pelo banimento da Ordem dos Jesuítas de todos os territórios do Império ultramarino português. Somados todos esses fatores, abriu-se na colônia a perspectiva de reais e sangrentas revoltas, que se divisaram entre características **nativistas** e **separatistas**.

Um mundo de guerras à beira da diplomacia: o caso do Prata (séculos XVII e XVIII)

Conforme já abordamos mais à cima, durante o período da **União Ibérica (1580-1640)** as fronteiras imaginárias outrora demarcadas pelo **Tratado de Tordesilhas** se tornaram quase que por absoluto obsoletas. Na prática, a conurbação administrativa das coroas ibéricas sob a cabeça coroada dos reis castelhanos da dinastia Filipina encontrou ecos em todas as regiões controladas pelos impérios espanhol e português. Deriva-se disso, conseqüentemente, a confusão fronteiriça entre as suas colônias americanas.





Agentes importantes para a expansão das fronteiras coloniais portuguesas foram os **bandeirantes** brasileiros. Diversas bandeiras (em sua busca por indígenas e riquezas minerais nos sertões) protagonizaram a conquista de novas terras que, oficialmente, se encontravam em solo espanhol. Durante este período, colonos portugueses expandiram os seus negócios em direção ao vale amazônico e ao Rio da Prata, região presente às margens do estuário homônimo que divide por mar os atuais Uruguai e Argentina. Ainda, tornou-se comum o comércio de reinóis lusos com reinóis castelhanos nas ricas paragens de **Lima**, por onde escoava-se a valiosa prata de Potosí.

A **Guerra dos Trinta Anos (1618-1648)** marcou o gradativo declínio do Império espanhol como potência hegemônica no contexto europeu. Aproveitando-se do enfraquecimento de seus vizinhos e senhores, os portugueses deram início a uma série de revoltas que culminaram na **Restauração portuguesa (1640)**. De 1640 a 1654, os portugueses, agora reinados pela dinastia dos **Bragança**, cuidaram de resolver os imbróglis com os holandeses, expulsando-os, conforme vimos, de solo brasileiro. O cenário tornou-se ainda mais favorável para os colonos portugueses após realizada a paz com a Espanha em 1668, o que gerou os recursos e condições necessários para a consolidação da expansão colonial portuguesa em três eixos, como nos diz Ricupero: “o Amazonas, o oeste, o Prata”⁴.

A região amazônica se tornaria, nos meandros do XVIII e XIX, uma importante região de enfoque português, que hoje demarca as fronteiras da mais rica região de produção agropecuária brasileira. À época,

⁴ Ricupero, pág. 50.



porém, era apenas uma ampla, vasta e semi habitada região quente, inóspita e perigosa sob o controle espanhol. Na prática, pouco interesse os espanhóis demonstraram pelo vale amazônico, uma vez que estavam muito bem consolidados em torno dos Andes. Aproveitando-se, portugueses e locais rumaram para essas regiões, fundando ali cidades que logo se tornariam importantes entrepostos logísticos e comerciais do Cone norte sul-americano.

A partir da expansão para o oeste (que encontraria os veios de ouro e diamantes das Minas Gerais e do Centro-Oeste), bandeirantes paulistas passaram a focar o estuário do rio da prata. A obsessão pelo sul se iniciara ainda no século XVI, o que forçou os espanhóis a fundarem, por razões essencialmente geopolíticas, o *cabildo* de **Buenos Aires (1580)** a partir da cidade de **Assunção (1537)**. O objetivo central seria impedir o controle português do estuário, que, segundo a lógica cartográfica precária do período, poderia significar o controle completo dos rios interioranos do continente e de ricas regiões ainda inexploradas no território. Para auxiliar o estabelecimento do controle espanhol na região, foram enviados pela Coroa espanhola diversos grupos de jesuítas, que fundariam e refundariam muitas **missões** por ali, sempre em meio aos ataques de bandeirantes, sedentos pela escravização de indígenas.

O parco acesso dos colonos espanhóis a provimentos básicos, consequência da rígida e burocratizada política de abastecimento das colônias espanholas, consequência do **pacto colonial espanhol**, colaborou com o fortalecimento do contrabando português no Prata, onde escravos, víveres, açúcar, algodão, tabaco e manufaturados provenientes de Portugal eram trocados, a preços bem mais baixos do que o praticado oficialmente com a metrópole espanhola, por **prata** de Potosí. A fundação de Buenos Aires tinha também por propósito a contenção do contrabando. Em reação, Portugal mandou fundar na margem oposta ao *cabildo*, a exatos 24 quilômetros por mar, a **Colônia do Santíssimo Sacramento (1680)**, que deveria manter vivo o contrabando de Prata.

O contra-ataque espanhol foi fulminante e imediato, levando, pouco tempo após a fundação da colônia, à tomada de Sacramento pelo governador de Buenos Aires. O cálculo estratégico português se mostrou precipitado: fundar um assentamento como ponta de lança de uma colônia ainda muito reclusa às regiões litorâneas nordestinas e do sudeste brasileiro, isto é, a centenas de quilômetros de seu ponto avançado, se mostrou fatídico para a proteção de sacramento frente aos seus inimigos. Em 1681, por meio do **Tratado de Lisboa**, Sacramento seria devolvida aos portugueses, situação que se manteve até 1705. As idas e vindas de Sacramento foram constantes depois disso: em 1705; nova invasão espanhola, 1715; devolução a Portugal mediante o **Tratado de Utrecht**, 1762; invasão espanhola, 1763; devolução a Portugal segundo o **Tratado de Paris**, 1777; o **Tratado de Santo Ildefonso** assegura a posse de Sacramento e territórios vizinhos à Espanha.





Figura 14 - As idas e vindas de Sacramento

A questão platina tornar-se-ia o gérmen de diversas tratativas diplomáticas entre Portugal e Espanha, e, uma vez que a guerra se demonstrava tão destrutiva e prejudicial aos interesses de ambos, foi necessário habilitar a via da negociação e conciliação. A primeira grande tratativa veio na forma do **Tratado de Madri** (um queridinho da prova de CACD caro aluno!) firmado no ano de **1750**. Ricupero no diz que:

(...) de 1720 a 1750, amadurecera a convicção da necessidade de superar os constantes conflitos mediante a solução definitiva da questão dos limites. A transição da fase de choques para a da negociação acompanhou o progresso da ocupação tanto do extremo oeste como do litoral meridional, eliminando ou reduzindo a distância entre as povoações dos dois lados (...) à medida que a situação mudava, tornava-se cada vez mais premente a necessidade de colocar paradeiro aos atritos constantes por meio de um acordo capaz de legitimar a ocupação territorial ocorrida nos dois séculos e meio desde Tordesilhas. Criara-se finalmente o clima propício ao que viria a consolidar-se no Tratado de Madri.”⁵

O Tratado de Madri foi fruto de longo e extenuante trabalho diplomático por parte das duas cortes e de seus enviados. Júnia Ferreira Furtado, citada por Romero, atribuiu a esse tratado a qualidade de uma “guerra de imagens cartográficas”⁶. Isto porque a base de apoio dos argumentos de ambos os reinos, em especial de Portugal, coincidia com as querelas cartográficas que se desenvolviam desde 1494. Em 1720, por ocasião da publicação de um novo estudo sobre o posicionamento do meridiano de Tordesilhas realizado por **Guillaume Delisle**, que utilizou os mais avançados conhecimentos cartográficos de então e apontava a fragilidade das ocupações portuguesas, o então rei português **D. João V (1706-1750)** se viu obrigado a encontrar soluções rápidas à questão. Apesar de fabulosamente rico, uma vez que seu reinado coincidiu com o auge da economia aurífera no Brasil, D. João V reconhecia a fragilidade de suas pretensões e de seu poderio

⁵ Idem, pág. 57.

⁶ Idem.



militar frente Espanha. Buscou, assim, a via da ilustração e do conhecimento, tendo desde então investido largas somas em estudos minuciosos no sentido da promoção de um levantamento geográfico e cartográfico da colônia brasileira, que foram levados a cabo por jesuítas cultos e militares da coroa.

Em 1747, no início dos preparativos para a celebração do tratado, a coroa receberia os estudos mais avançados naquele sentido, frutos da união de forças do diplomata português **D. Luís da Cunha** e do renomado cartógrafo francês **Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville**. Intitulado de *Carte de l'Amérique du Sud*, este estudo apontava com grande precisão as reais possessões portuguesas segundo Tordesilhas. Todavia, por mais avançado que fosse do ponto de vista técnico, o estudo de d'Anville fragilizava ainda mais as pretensões políticas de reconhecimento português das terras tomadas durante o século anterior. Entrou em cena, então, outra figura de grande calado para a diplomacia lusa e brasileira: o secretário do rei, o santista **Alexandre de Gusmão**.

Alexandre de Gusmão, natural de Santos, foi um homem de origens modestas, cujas habilidades intelectuais, e contatos na Corte, lhe granjearam importantes postos políticos em Lisboa, chegando, ao fim, ao posto de secretário do rei. No entanto, no que concerne a esse tratado, Gusmão foi por muito tempo ignorado pela historiografia, fosse por suas origens coloniais, fosse pelo fato de ter agido mais nos bastidores do que na frente de batalha. Resgatado do silêncio historiográfico, hoje percebemos o fundamental papel exercido por este homem, um dos patriarcas da diplomacia brasileira.

Foi Gusmão quem orientou milimetricamente a preparação de um outro estudo cartográfico menos próximo da verdade científica e mais ligado às preocupações políticas da corte. Trata-se do **Mapa das Cortes**, que se tornou um paradigma das pretensões lusas. O tratado se estruturou em torno da premissa de que, já violado por ambos os reinos em ao menos duas situações exemplares, pelos espanhóis na Ásia e por portugueses na América, o Tratado de Tordesilhas não poderia servir de pressuposto para a delimitação das novas fronteiras coloniais.





Figura 15 - Mapa das Cortes de 1750

Entrou em foco uma figura jurídica tomada emprestada do Direito Romano Privado, que preconizava a garantia da posse da terra ocupada a cada uma das partes, chamado comumente em latim de **uti possidetis**, cujas únicas ressalvas seriam as permutas feitas em comum acordo e ali celebradas: Portugal entregaria a Colônia de Sacramento para os espanhóis em troca da região das Missões (atual Uruguai) e do reconhecimento das colônias portuguesas no atual Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como de todas as terras empossadas até a altura do vale amazônico. Assim, estabelecia-se as vias para a paz e equilíbrio de poder e interesses por parte das coras ibéricas em suas possessões sul-americanas. Por trás disto tudo esteve a mão e o gênio de vários grandes homens, dos quais se destacou o papel do brasileiro Gusmão.

O tratado de Madri, no entanto, gerou críticas em ambas coroas. Em Espanha foi criticado por aqueles que insistiam no não reconhecimento da “usurpação” de solo espanhol por parte dos portugueses, enquanto que em Portugal foi duramente atacado por aqueles de sentimento mais anticastelhano, cuja visão de expansão contínua das fronteiras ocidentais da colônia portuguesa estava eclipsada pelas recentes tratativas. Destas figuras, destacou-se a de **Sebastião José de Carvalho e Melo**, o **Marquês de Pombal**, que ascendeu ao poder apenas um ano após assinado o tratado, em ocasião da repentina morte do rei D. João



V. Com este, desaparecia também de cena, na Espanha, o rei Fernando VI e todas aquelas figuras que orbitaram em torno do tratado.

Os novos monarcas, **D. José I de Portugal** e **Carlos III de Espanha**, em nada concordavam com o tratado de Madri. Empossado Pombal como o chefe de governo de D. José I (onde concentraria enorme quantidade de poder pelos próximos 20 anos), o tratado logo veio à água a abaixo. Em **1761**, por meio do **Tratado do Pardo**, o tratado de 1750 seria revogado em comum acordo. Nas décadas seguintes, entremeadas pela **Guerra dos Sete Anos (1756-1763)**, a fracassada política externa pombalina seria um fator de desestabilização local, que levou à expulsão dos jesuítas de solo português, sobretudo por sua ação nas **Guerras Guaraníticas (1753-1756)** a favor dos indígenas habitantes dos **Sete Povos das Missões**, uma série de aldeamentos criados por aqueles nas localidades do atual Rio Grande do Sul, e à retomada da guerra como instrumento de diálogo entre os dois reinos. Em 1777, **D. Pedro de Cevallos**, Vice-Rei do Rio da Prata, invadiu toda a região até a altura de Santa Catarina.

A invasão de Cevallos foi resolvida pelo **Tratado de Santo Ildefonso (1777)** que demonstrou a fragilidade militar e diplomática de um Portugal pós-pombalino (neste mesmo ano ocorreu a **Viradeira**, onde o rei d. José I, morto, foi sucedido por **D. Maria I**, levando à queda do gabinete de Pombal). Ali, ficou celebrado a manutenção de grande parte das fronteiras delimitadas em Madri, porém, com uma mudança substancial para os interesses de Portugal: a perda não só de Colônia, que já estava celebrada desde 1750, mas também de toda a região correspondente aos atuais Uruguai e Rio Grande do Sul. A fronteira sul foi em parte corrigida pela **paz de Badajoz (1801)**, que pôs fim à **Guerra das Laranjas** entre os reinos ibéricos, onde se reconheceu a posse recém-feita no campo militar do Rio Grande do Sul por parte de Portugal. Não obstante, a região do Uruguai permaneceria sob posse espanhola ao menos até às invasões joaninas à região nos anos seguintes, que criariam a virtual província da **Cisplatina** no período imperial, confusão que desencadearia, na década de 20 do XIX, a **Guerra da Cisplatina** entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata.

Rebeliões coloniais: nativismo e separatismo

Aqui iremos elencar, brevemente, alguns dos principais casos de revoltas que englobam as duas esferas de rebeliões coloniais. No campo do **nativismo** se destacam a **Revolta dos Beckman (1684)**, **Revolta dos Emboabas (1708-1709)**, da qual já falamos, **Guerra dos Mascates (1710-1711)** e a **Revolta de Vila Rica (1720)**.

A Revolta dos Beckman foi um movimento revoltoso estourado no contexto das querelas entre jesuítas e senhores de engenho da região do **Grão-Pará** e **Maranhão**, onde se manifestava a questão indígena como argumento central da revolta. Os revoltosos se colocavam contrários à medida promulgada pelo rei em 1680, que proibia a escravidão indígena em solo brasileiro. Além disso, a Coroa criava a Companhia do





Comércio do Maranhão, que na prática monopolizava a produção local e dificultava a vida dos habitantes da região. Irritados, os irmãos **Manuel e Tomás Beckman**, junto a outros, pegaram em armas contra a Coroa, tendo, ao fim, sido derrotados por tropas reais. Manuel Beckman foi enforcado.

A Guerra dos Mascates foi tensionada pelos embates entre senhores de engenho de **Olinda** e comerciantes (os “mascates”) de **Recife**. Os primeiros acusavam estes de se enriquecerem ilicitamente sobre o empobrecimento dos senhores, endividados pela queda geral no preço do açúcar no mercado internacional. O ponto fulminante foi a elevação de Recife ao nível de vila, o que lhe conferia a observância de uma Câmara municipal própria. Diante disso, muitos senhores olindenses decidiram se revoltar, reunindo tropas e invadindo a cidade de Recife. Por fim, os olindenses revoltosos foram reprimidos por tropas metropolitanas e Recife foi, de fato, elevada à categoria de vila.

A Revolta de Vila Rica (ou revolta de Filipe dos Santos), por sua vez, ocorreu em **1720** na região de Ouro Preto, e foi motivada pela reação de produtores locais de ouro diante da criação das casas de fundição e do monopólio de itens básicos em mãos de portugueses (os “reinóis”). Seu líder foi Filipe dos Santos, que ao fim foi enforcado em praça pública a 15 de julho de 1720, uma vez desvelada a conspiração. No entanto, um efeito sentido imediatamente após o fim da revolta foi a elevação de Minas Gerais como capitania independente de São Paulo.

Ainda, pode-se elencar duas grandes rebeliões coloniais de caráter **separatista**: a **Conjuração mineira** e a **Conjuração Baiana**.

A Conjuração (ou Inconfidência) mineira ocorreu no ano de **1789** e teve por causa a ameaça iminente de uma derrama na capitania de Minas Gerais. Vários conspiradores se reuniram contrariamente ao que consideraram um ato de despotismo da coroa, especialmente membros das elites locais, com algumas exceções, como o alferes **Joaquim José da Silva Xavier**, o **Tiradentes**. A conspiração teve fortes traços de inspiração nas ideias iluministas postas em prática uma década antes em meio à **Revolução Americana (1776)**. Defendia-se, para além do fim da derrama, a separação da capitania de Minas do restante da colônia, fundando-se ali uma **República** independente.

Por fim, após a delação de um dos membros do grupo de conspiracionistas, **Joaquim Silvério dos Reis**, foi decretada a prisão e o julgamento dos principais membros do movimento. Tiradentes foi condenado à forca e ao esquartejamento, enquanto que os demais se dividiram entre a prisão e o **degredo (pena de exílio forçado em colônias africanas por um período de tempo ou mesmo por toda a vida)**.

A Conjuração baiana (ou Revolta dos Alfaiates), por outro lado, ocorrera em 1798 e reuniu uma gama muito maior de estratos sociais, destacando-se profissionais liberais, como sapateiros e alfaiates, ex-escravos e membros da elite. A conspiração foi motivada pela insatisfação popular diante da elevação do Rio de Janeiro como capital da colônia em lugar de Salvador, o que gerou impactos econômicos para a sociedade soteropolitana. A crise geral também suscitou, agora muito motivados pela **Revolução Francesa**, a criação de uma República baiana, onde prevaleceria a diminuição de impostos, o fim da escravidão e a garantia de





liberdades individuais. Por fim, no entanto, os revoltosos foram desvelados e derrotados, tendo recebido o mesmo fim de muitos outros anteriores.

Tendo sido abordado o período colonial, vamos praticar?

Exercícios

CACD 2018

Questão 49

A consolidação da conquista do território da América Portuguesa foi marcada pelo casuísmo, construído com base nos interesses e forças do reino português e nos desafios e benesses das possessões coloniais. Considerando esse processo, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1 Entre 1626 e 1772, a América Portuguesa teve seu território dividido em duas regiões administrativas: as capitanias meridionais formavam o Estado do Brasil, com sede em Salvador e, posteriormente, no Rio de Janeiro; a parte setentrional, por sua vez, constituía o Estado do Maranhão e Grão-Pará até 1751, quando foi substituído pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão, e sua sede foi transferida de São Luís para Belém.

Comentário:

O item foi anulado pela banca. O motivo refere-se à cronologia da transferência da capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará: a capital deixou de ser São Luís e passou a ser Belém em 1737, anos antes da mudança do nome, como dá a entender o item.

2 Os conflitos ocorridos na Europa no início do século XVIII, marcadamente a Guerra de Sucessão Espanhola, impulsionaram as discussões diplomáticas entre os reinos ibéricos acerca dos limites de seus domínios na América. Nesse contexto, destacou-se a ação de Alexandre de Gusmão como proponente da cedência da Colônia de Sacramento por Portugal, definida no Tratado de Madri.

Comentário:



Um item que poderia ser questionado. Muito embora os conflitos do início do século XVIII tenha motivado as tratativas que resultariam no tratado de Madri, pode-se questionar o “nesse contexto”, já que as negociações do tratado se deram em meados do século, e não no início. Ainda assim, de fato Alexandre de Gusmão foi um dos que defenderam a proposta de ceder Colônia (no atual Uruguai) em troca de Sete Povos das Missões. Item correto.

3 A ausência de rotas comerciais internas na América Portuguesa dificultou o controle do território e resultou no isolamento das capitanias, que tratavam quase que exclusivamente com a sede do governo colonial e a metrópole europeia.

Comentário:

Havia muitas rotas comerciais que ligavam diferentes capitanias. Das mais importantes, podemos citar as vacarias da Bahia, do Piauí e do Rio Grande do Sul que se conectavam às áreas produtoras, fosse de açúcar, fosse de mineração. Item errado.

4 A disputa entre Portugal e França pelo Cabo Norte, atual Amapá, foi resolvida com a assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713.

Comentário:

Muito embora o tratado de Utrecht (que versou no todo sobre a questão da sucessão espanhola) tenha definido a posse do Amapá para Portugal, mantiveram-se disputas pela região. A situação somente foi definitivamente resolvida em 1900, com o parecer suíço de arbitragem estabelecendo como brasileiro o território em disputa (ainda que, nesse caso, não se tratasse mais de Portugal e França, mas sim de Brasil e França, o que poderia resultar em possível recurso do item). Item errado.

CACD 2018

Questão 46

Em novembro de 1807, temendo ser aprisionado pelas tropas de Napoleão Bonaparte, o príncipe regente de Portugal, D. João VI, deixou Lisboa acompanhado de sua família e de boa parte da nobreza da Corte, em direção ao Brasil, onde se estabeleceu até 1821, ano em que regressou à metrópole já como rei. Com relação às diversas consequências, para a colônia, da permanência de D. João VI no Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

2 A noção de brasilidade, ou seja, a consciência de ser brasileiro, esteve presente desde cedo na cultura política e na identidade da sociedade brasileira, tendo-se manifestado nas sedições nativistas da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana, ambas de cunho emancipacionistas, e, em fins do período colonial, terminado por ser a base da luta pela independência do Brasil.

Comentário:



Tal como argumentamos no item 2 da questão 45, a percepção de uma consciência geral de “ser brasileiro” inexistia no período colonial. Eram outras as camadas identitárias existentes, sobressaindo-se a local e a referência ao rei. As sedições do século XVIII tiveram caráter regionalista e não propunham uma cesura de “todo o Brasil”. Buscavam, antes, a independência local, como indica a proposta de uma “República de São João D’el-Rei” da Inconfidência Mineira. Item errado.

CACD 2018

Questão 45

A principal autoridade em todos os domínios coloniais portugueses era o rei, que, na administração desses domínios, contava com o auxílio do Conselho Ultramarino e da Mesa de Consciência e Ordens. Tendo em vista que, apesar do auxílio dessas instituições, a organização administrativa do Brasil colonial funcionava de modo precário, julgue (C ou E) os seguintes itens, relativos às causas dessa precariedade.

1 As distâncias, a consequente lentidão das comunicações, e a falta de aparato humano burocrático dificultavam o controle da população e a observância restrita das leis.

Comentário:

Item simples. Se considerarmos as condições materiais da burocracia metropolitana e a capacidade de ingerência concreta nas possessões ultramarinas, fica fácil compreender que de fato era muito difícil ter controle sobre a população colonial e o estrito cumprimento das determinações régias. Não é incomum encontrar as mesmas ordens sendo sistematicamente editadas e repetidas, no esforço exatamente de obter alguma obediência dos súditos. Item correto.

2 Embora fosse consensual e geograficamente constatável, a unidade territorial brasileira aparecia oficialmente visível apenas nos títulos do vice-rei e do príncipe do Brasil.

Comentário:

O gabarito de resposta desse item é bastante questionável. A banca o considerou como correto. Assim, o entendimento da banca é a que a realidade da colonização portuguesa da América já mostrava sinais de uma unidade territorial – sendo consensual e constatável. Contudo, há fatos e literatura que questionam essa suposta unidade territorial. A divisão do território por longo período em duas grandes unidades – Brasil e Grão-Pará e Maranhão –, a ausência de um sentimento comum de unidade e os movimentos nativistas de separação do século XVIII são alguns indícios de que talvez essa unidade territorial não fosse consensual como afirma o item.

3 O processo administrativo era excessivamente centralizado: todas as decisões de maior ou média envergadura administrativa passavam pelo crivo de Portugal; de tudo se queria saber em Lisboa e por tudo se interessavam o Conselho Ultramarino e a Corte.



Comentário:

Foi uma marca da administração colonial – e posteriormente imperial – a busca pela centralização administrativa. É certo que, como afirma o primeiro item da questão, esse processo foi sempre dificultado pelos problemas de comunicações e obstáculos variados para a imposição da ordem régia. No entanto, as instâncias superiores portuguesas sempre almejavam esse controle. O uso da expressão “por tudo se interessavam” poderia ser questionado, mas parece ser uma hipérbole “poética” da banca. Item correto.

4 A Coroa Portuguesa, do início ao fim da colonização, procurou manter o controle total sobre o empreendimento colonial, motivo pelo qual resistiu às investidas da iniciativa privada (ou particular), no sentido de assumir papel exclusivo na exploração econômica da colônia.

Comentário:

Conhecimentos simples de Brasil colonial já demonstrariam o erro da questão. A primeira iniciativa portuguesa referente à América foi a entrega a particulares da exploração econômica – as capitanias hereditárias. Posteriormente a ação dos bandeirantes será igualmente de cunho privado e que proverá à metrópole grande quantidade de ouro. Item errado.

CACD 2018

Questão 44

Tendo em vista que, como colônia de Portugal, o Brasil fazia parte do mercantilismo da Idade Moderna, que tinha no sistema colonial um dos fatores fundamentais do processo de acumulação primitiva da Europa nos séculos XVI, XVII e XVIII, julgue (C ou E) os itens a seguir, acerca das características básicas da produção brasileira no período colonial.

1 Exercida sob o modelo de latifúndio autossuficiente, a produção gerava excedentes que propiciavam um vigoroso comércio entre as capitanias.

Comentário:

O modelo de exploração econômica instalado na América Portuguesa foi baseado no latifúndio monocultor agroexportador de espécies que atendessem aos interesses metropolitanos e não esse “latifúndio autossuficiente” que permitia circulação de produtos excedentes. Item errado.

2 Prevalcia a monocultura agroexportadora, principalmente de açúcar, com predomínio do latifúndio da terra e do trabalho escravo (indígenas e africanos) generalizado.

Comentário:

A agricultura brasileira se manteve atrelada ao latifúndio monocultor cujo objetivo era a exportação. O açúcar foi central nesse processo entre a segunda metade do século XVI até a

primeira metade do século XVII. No século XVIII, a atividade aurífera será a principal. Em ambas as atividades predominava a mão de obra escrava. Item correto.

3 No período em apreço, em que predominava a pluricultura de produtos, a produção aurífera mineira era voltada para a metrópole, e as indústrias básicas, como a metalurgia, empregavam uma pequena parcela de trabalhadores livres.

Comentário:

O termo pluricultura denuncia o erro do item. Soma-se a ele, contudo, a questão das indústrias. Durante o século XVIII, vale a pena lembrar, vigorou um interdito à criação de indústrias na América portuguesa. Item errado.

4 A posse da terra era concedida exclusivamente a proprietários de pequeno e médio porte; predominava o trabalho escravo e a produção manufatureira livre destinava seus produtos à venda por comerciantes portugueses na Europa.

Comentário:

Dois aspectos mostram o erro do item. A terra foi distribuída a grandes proprietários e não a pequenos e médios produtores; a manufatura inexistia em peso na América e não se exportavam itens manufaturados para Portugal. Item errado.

CACD 2017

Questão 44

A configuração territorial da América portuguesa colonial foi alcançada por meio de um processo histórico dinâmico, iniciado no século XVI. A respeito desse tema, julgue os seguintes itens:

1. No final do século XVI, os portugueses tinham as posições fortificadas na foz do rio Amazonas e na margem oriental do rio da Prata.

Comentário:

Há duas maneiras importantes de compreender esse item. Antes de mais nada, é preciso destacar que não faz muito sentido falar de um Portugal no final do século XVI, já que ocorreu a Unificação das Coroas Ibéricas em 1580. Mas Portugal só conseguiria controle legal sobre algum território da margem oriental do Rio da Prata com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. De qualquer modo, a colônia portuguesa de Sacramento, na margem oriental do Prata, só seria fundada em 1680. No final do século XVI, vigorava o Tratado de Tordesilhas (1494). Além disso, Martim Afonso de Souza tomara a decisão de levantar a colônia de São Vicente no local indicado pela cartografia espanhola, distanciando a Coroa portuguesa da conquista da foz do Prata. Por sua vez, a proteção da foz do Amazonas foi um problema mais bem elaborado no início do século XVII, com as expedições de proteção, a fundação da cidade de Belém do Pará e a construção do Forte do Presépio (1616). As fortificações de Macapá, por sua vez, datam já do século XVIII. Item errado.

2. Com a finalidade de garantir a efetiva ocupação da região de São Vicente, no atual litoral paulista, Martim Afonso de Souza deu início, por ordem da Coroa portuguesa, às concessões hereditárias de terras a portugueses que trazia, com esse objetivo, em sua expedição.

Comentário:

Martim Afonso de Souza fora orientado a colonizar a região do rio da Prata em meados do século XVI, mas havia uma discordância cartográfica sobre o assunto. O meridiano do Tratado de Tordesilhas era alvo de disputa entre Portugal e Espanha, com os portugueses insistindo que passava pelo rio da Prata, enquanto os espanhóis o posicionavam no litoral sul de São Paulo. Tendo recebido ordens de colonizar a região do Prata, Martim Afonso de Souza observou a disparidade das coordenadas e fundou a nova colônia no extremo sul do território português assegurado pelo Tratado de Tordesilhas. Tendo também por missão o patrulhamento da costa, a expedição de Martim Afonso não tinha por corte a constituição de capitanias hereditárias, pelo contrário, não havia a característica hereditária para tentar fomentar a efetiva colonização da terra. Quando D. João III optou pela criação de capitanias hereditárias, Martim Afonso já estava na colônia e foi um dos contemplados como capitães-donatários. Item errado.

3. As capitanias hereditárias foram concedidas a militares portugueses, que recebiam as doações como reconhecimento por serviços prestados à Coroa, bem como para reforçar a defesa do território colonial e facilitar a sua exploração.

Comentário:

As capitanias hereditárias na América exerciam baixa atração sobre as figuras mais proeminentes de Portugal, porque as rotas para a Ásia eram muito mais lucrativas e cercadas de todo um imaginário mais potente. Os capitães-donatários vindos para a América eram oriundos da pequena nobreza, da burguesia e da burocracia, mas todos bem relacionados com a Coroa. Assim, item errado.

4. A doação de terras pelos capitães-donatários a sesmeiros deu origem à formação de latifúndios.

Comentário:

A possibilidade de doar as terras aos sesmeiros por iniciativa própria do capitão-donatário permitiu que terras virgens fossem concentradas nas mãos de algumas pessoas, sem que houvesse uma cobrança efetiva de contrapartidas pelo cultivo da terra. Com o avanço das sesmarias, formava-se uma nova elite colonial ao mesmo tempo em que a terra ia sendo repartida e talhada segundo privilégios e influências, conformando um embrião dos latifúndios brasileiros. Item correto.

CACD 2017

Questão 45





No que se refere a fatores que contribuíram para a configuração do território da América portuguesa colonial, julgue os itens a seguir:

1. Sertanistas de São Paulo penetraram no interior da América do Sul nos séculos XVI e XVII, viabilizando a ocupação da região pelos portugueses.

Comentário:

Apesar de ser impreciso falar-se de uma ocupação efetiva dos interiores americanos por presença portuguesa, dadas todas as dificuldades de ação no terreno e as desproporções numéricas; partiram dos paulistas vários sertanistas que avançaram pelo interior do continente, desenvolvendo costumes e práticas de troca importantes para o aprofundamento da colônia. Vencida a muralha da serra litorânea, os colonos estabelecidos partiam para o aprofundamento nos sertões continentais logo nos dois primeiros séculos de presença europeia. Desse processo, decorreria tanto a descoberta de metais preciosos quanto a conformação de uma nova sociedade. Item correto.

2. Pelo Tratado de Madri, de 1750, a Espanha aceitou a posse portuguesa do Mato Grosso, da Amazônia e da margem oriental do rio da Prata.

Comentário:

Afastar Portugal do estuário do Rio da Prata foi um dos pontos centrais da negociação do Tratado de Madri (1750). Com os conhecimentos cartográficos da época, Portugal assumiu como moeda de barganha a cessão da província de Sacramento (grosso modo, o atual Uruguai) em troca do reconhecimento da soberania portuguesa sobre a área compreendida entre o rio Amazonas e o rio Paraguai e o rio Amazonas, já que, à época, acreditava-se numa possível confluência de ambos nos interiores. Ou seja, de fato, o Tratado de Madri garantiu a Portugal o controle do território que hoje corresponde ao Mato Grosso e a parte importante da Amazônia; no entanto, Portugal renunciava a suas pressões sobre o Prata. Item errado.

3. Com o Tratado de Badajoz, de 1801, a posse da região dos Sete Povos, no oeste gaúcho, passou à Espanha, mas o território foi retomado pelos portugueses em 1816.

Comentário:

O item inverteu a lógica do Tratado de Badajós (1801). O tratado assegurou a Portugal a posse sobre a conturbada região dos Sete Povos, ponto fundador do Rio Grande do Sul. Item errado.

4. A linha divisória entre Portugal e Espanha estabelecida pelo tratado de Tordesilhas não abrangia o Pacífico, mas apenas o Atlântico.

Comentário:

O meridiano traçado pelo Tratado de Tordesilhas (1494) estava restrito ao âmbito do Oceano Atlântico, tanto que, anos mais tarde, ocorreria as “Questões Moluscas”, surgida no âmbito da

competição entre Portugal e Espanha para a atuação da Ásia. Coube ao Tratado de Saragoça (1529) o estabelecimento de uma divisão do Pacífico. Item correto.

CACD 2016

Questão 45

“Os acontecimentos são como a espuma da história, bolhas que, grandes ou pequenas, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância”. São de Georges Duby essas observações. De acordo com ele, “acontecimentos sensacionais” – a exemplo da chegada da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro, em 1808; da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815; da oficialização do rompimento entre Brasil e Portugal, em 1822; da outorga da Carta Constitucional do Império, em 1824; e da abdicação de D. Pedro I, em 1831 – podem apresentar valor inestimável para a compreensão das circunstâncias históricas nas quais se evidenciaram. (Cecília Helena de Salles Oliveira. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.). O Brasil imperial (vol. I – 1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 17, com adaptações)

Tendo o fragmento de texto precedente como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo de independência do Brasil, julgue os itens seguintes.

1. As teses libertárias do Iluminismo, que embalsamaram a Revolução Francesa de 1789 e impulsionaram a independência das treze colônias inglesas na América do Norte, em 1776, também chegaram ao Brasil, presentes em movimentos emancipacionistas como as Conjurações Baiana (1798) e Mineira (1789).

Comentário:

A Conjuração Baiana (1798-1799) e a Inconfidência Mineira (1789) tiveram como marca evidente a participação de setores intelectualizados das sociedades locais. Todo o ideário iluminista acabou chegando pelos canais de importação cultural construídos pela pujança político-econômica de Salvador e pelo ciclo do ouro mineiro, contaminando algumas porções da sociedade. Os exemplos francês e estadunidense foram pontos fundamentais para inspirar a prática revolucionária no contexto colonial brasileiro. Item correto.

CACD 2014

Questão 45

As últimas décadas do século XVIII foram marcadas por acontecimentos internacionais com reflexos no Brasil. A conjuntura econômica e política agravava a situação do lado de cá do Atlântico, pois tinha início a passagem de um regime de monopólios para o de livre concorrência. A crise do sistema colonial foi explorada por três conspirações capazes de revelar a influência dos



ideais de liberdade disseminados pela Revolução Francesa, e a ideia de que uma eventual independência da América portuguesa tomava forma. (Mary Del Priore e Renato Venâncio. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010, p. 143-4, com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, considerando o processo de independência do Brasil.

2. Entre as conspirações que exploraram o quadro de crise do sistema colonial, como apontado no texto, nenhuma foi mais importante que a Conjuração Mineira, em 1789, quando, a partir de Vila Rica – próspero centro minerador e no auge de sua capacidade exploradora –, os inconfidentes disseminaram pela colônia seus ideais emancipacionistas, republicanos e abolicionistas.

Comentário:

O avaliador aqui teve em mente derrubar o candidato que baseia seu conhecimento no arcabouço tradicionalista sobre a Inconfidência Mineira. Primeiro, Vila Rica (atual Ouro Preto), apesar de ser ainda a cidade mais importante da província, liderando-a tanto política quanto intelectualmente, já vivia, em 1789, o evidente esgotamento das minas há cerca de três décadas. Além disso, o ideário dos inconfidentes não era nem um pouco claro quanto à abolição da escravidão, já que proprietários de escravos participavam da conspiração; bem como a inspiração republicana também dialogava com a experiência americana, uma república escravocrata. Por fim, é importante circunscrever o alcance da Inconfidência Mineira, que tentava a independência da província, e não de toda a colônia, já que a experiência não foi evocada, por exemplo, no momento da independência brasileira. Item errado.

3. Enquanto as ideias iluministas, que fundamentaram a Revolução Francesa 1789, chegavam ao Brasil e incendiavam os movimentos pela independência, que se multiplicavam pela colônia, a independência das treze colônias inglesas da América do Norte foi ignorada tanto nas colônias hispânicas quanto no Brasil.

Comentário:

Apesar do impacto central do Iluminismo nas insurreições latino-americanas, não se pode ignorar o lugar da independência dos Estados Unidos da América em 1776. O exemplo republicano dos americanos teve importantes desdobramentos pelo restante do continente, no qual apenas o Brasil optaria pela monarquia uma vez independente. Outrossim, não se pode ignorar que a Inconfidência Mineira (primeiro trimestre de 1789) é anterior à Queda da Bastilha (14 de julho de 1789); portanto, das experiências revolucionárias iluministas, os inconfidentes estavam atentos à independência dos EUA. Item errado.

4. Transformando as bases materiais da sociedade, com vigorosa repercussão política, social e cultural, a Revolução Industrial rompeu com os elementos de sustentação da economia vigente na Idade Moderna, subvertendo os pilares do antigo sistema colonial sobre os quais se assentara a colonização portuguesa na América.

Comentário:

O item não apresenta nenhum erro patente, mas é passível de discussão. É evidente que a Revolução Industrial (segunda metade do século XVIII) provocou transformações profundas em praticamente todas as camadas da experiência humana. Desde a aceleração do tempo social até uma nova estrutura da luta de classes, as sociedades que se industrializaram sofreram uma modificação tão profunda quanto abrupta. Mas é questionável se, por exemplo, os interiores da colônia portuguesa na América sequer foram informados das rupturas profundas ocorridas em alguns países da Europa. Não faz muito sentido falar, por exemplo, que a Rússia sofreu uma subversão “(d)os pilares do antigo sistema colonial sobre os quais se assentara a colonização portuguesa na América”. A Rússia manteria várias estruturas coloniais da Idade Moderna até o início do século XX sem deixar de ser uma potência relevante para a própria Europa. Sim, as transformações decorrentes da Revolução Industrial deram ganhos de eficiência e fizeram emergir potências que subverteram, sim, os pilares do antigo mercantilismo, fazendo triunfar uma fase nova (e mais robusta) do capitalismo. As potências industriais, definitivamente, marchavam para a vitória histórica, mas isso não significou sequer uma capitulação para a periferia de todos aqueles Estados que não entraram na fase industrial. Ou seja, isso não necessariamente implica dizer que todas as relações foram solapadas: sem a ameaça napoleônica, talvez a frágil monarquia portuguesa conseguisse arrastar por mais algumas décadas o pacto comercial com suas colônias. O item não apresenta nenhum erro aberrante, mas enseja uma lógica, no mínimo, questionável. Assim, item correto, mas sob questionamentos.

CACD 2013

Questão 43

Acerca da configuração territorial da América portuguesa, julgue os seguintes itens.

1. O Tratado de Madri tinha como princípio principal, quanto à definição de fronteiras, o *uti possidetis* e como argumento subsidiário, aplicável à foz do Amazonas e ao Rio da Prata o *mare liberum*.

Comentário:

De fato, o *uti possidetis*, que ratificava a posse territorial segundo a ocupação efetiva do terreno, foi o grande princípio norteador do Tratado de Madri, grande marco da definição das fronteiras entre Portugal e Espanha na América. No entanto, o *mare liberum*, era um conceito de infeliz lembrança para ambas as partes, já que lhes prejudicava, no século XVII, o exclusivismo das rotas para as Índias. Espanha tinha o grande interesse de manter os portugueses afastados do Rio da Prata e de suas rotas comerciais com a colônia. Por sua vez, a questão da navegação do Amazonas só foi aberta na segunda metade do século XIX, permanecendo uma questão grave tanto para Portugal quanto para o Brasil pós-independência. Assim, não se pode associar um conceito de liberdade de navegação com o Tratado de Madri. Item errado.





2. A expansão territorial para o sul, para que o Rio da Prata fosse limite natural, resultou na fundação de Montevidéu em 1680.

Comentário:

As pressões territoriais portuguesas com destino ao sul do território ocupado resultou, em 1680, no início da fundação da colônia de Sacramento, ocupando a margem oriental do Rio da Prata. No entanto, a cidade de Montevidéu só seria fundada em 1723, com a construção do Forte de Montevidéu, já no contexto de enfrentamentos entre portugueses e espanhóis para o controle da região. Item errado.

3. No século XVII, os portugueses conquistaram o litoral nordestino e a foz do rio Amazonas.

Comentário:

O item foi anulado sob a seguinte justificativa: “o termo ‘conquistaram’ prejudicou o julgamento objetivo do item. Por esse motivo, opta-se pela anulação”. De fato, o termo impossibilita a compreensão sobre o que a banca queria dizer no item. Item **anulado**.

4. A criação de gado foi a primeira atividade produtiva promotora da interiorização mais profunda da colonização.

Comentário:

Segundo Capistrano de Abreu, o casco do boi foi elemento definidor da interiorização da colônia portuguesa na América. Com os latifúndios voltados para a monocultura, a agropecuária de subsistência foi relegada para as áreas mais distantes, principalmente o gado de corte, cujos estouros de boiada eram perigosos para as lavouras de cana-de-açúcar. Impedidos de ficar próximos das áreas de plantation e premidos pelas necessidades de manejo do gado, os criadores foram adentrando no território em busca de pasto e água e tocando a boiada. Item correto.

CACD 2012

Questão 41

Assinale a opção correta acerca da repercussão, na América portuguesa, das medidas adotadas por Portugal no período pombalino.

A. Com o Tratado de Madri, assinado durante o reinado de D. José I, a Espanha reconheceu a soberania portuguesa sobre extensão, na América, superior à delimitada pelo Tratado de Tordesilhas.

Comentário:

O Tratado de Madri (1750) atribuiu a Portugal uma porção territorial muito superior àquela prevista no Tratado de Tordesilhas (1494). No entanto, a assinatura do tratado coube a D. João V

seis meses antes de seu falecimento e, portanto, seis meses antes da subida de D. José I ao trono português. Um lance fundamental para a diplomacia portuguesa e considerado um dos primórdios fundadores da diplomacia brasileira reduzido ao nome de um monarca com uma diferença inferior a um ano. Ato infeliz da banca. Alternativa errada.

B. A descentralização administrativa da América portuguesa foi uma das estratégias políticas pombalinas de constituição de um império de dois continentes, no intuito de preservar a integridade do Brasil.

Comentário:

O período pombalino (1756-1777) foi o ponto alto da centralização do poder no império português, enfraquecendo rivais dentro da corte e modernizando a administração no sentido de propiciar ao governo central maior capacidade de ação. Não pode o candidato, a tempo algum, associar a modernização do Estado português a um processo de descentralização, já que, naquele contexto, modernizar um Estado implicava justamente na fragilização das cortes, fortalecendo a Coroa. Alternativa errada.

C. No período referido acima, Portugal reafirmou a sua soberania sobre a província do Maranhão ao reprimir a tentativa do aventureiro inglês Beckman de se apossar dessa província.

Comentário:

A Revolução de Beckman ocorreu no Maranhão em 1684, ou seja, 66 anos antes da subida de Marquês de Pombal. Além disso, os irmãos Beckman eram portugueses e se levantaram contra o exclusivismo comercial, que fora interpretado como raiz das mazelas da província. Alternativa errada.

D. O enfrentamento militar com os espanhóis no Brasil meridional culminou com a ocupação parcial do Rio Grande de São Pedro, pela Espanha, por mais de uma década.

Comentário:

As tensões no extremo sul da colônia voltaram à carga mesmo após a assinatura do Tratado de Madri. Em 1763, após reorganização administrativa na região, as tropas castelhanas tomaram e ocuparam a vila de Rio Grande, capital da capitania de Rio Grande de São Pedro. A ocupação se estenderia por mais de dez anos, marcando o difícil processo de estabilização da fronteira sul da colônia portuguesa. Alternativa correta.

E. A Convenção de Sintra, assinada por Portugal e Inglaterra, por influência do Marquês de Pombal, possibilitou a consolidação inglesa na Guiana, no norte da Amazônia.

Comentário:

A Convenção de Sintra foi assinada para a fuga da família real portuguesa para o Brasil, formalizando aspectos da aliança entre Portugal e Reino Unido no contexto das guerras

napoleônicas. Ou seja, a convenção foi assinada em 1808, fora do período pombalino. Alternativa errada.

CACD 2011

Questão 41

Segundo Frei Vicente do Salvador, em uma das ocasiões em que foi necessário pegar em armas para submeter os gentios da região do Cabo de Santo Agostinho, Duarte de Albuquerque Coelho organizou várias companhias de guerra. Em Olinda, servindo-se de “mercadores e moradores, porque eram de diversas partes do Reino”, o donatário “ordenou outras três companhias”: “que por capitão dos de Viana do Castelo fosse João Pais, dos do Porto, Bento Dias Santiago e dos de Lisboa, Gonçalo Mendes d’Elvas, mercador”.

(Leonor F. Costa. Redes interportuárias nos circuitos do açúcar brasileiro. O trejeto de Gaspar Pacheco, um banqueiro de D. João IV. In: M. Cunha (coord.) Do Brasil à metrópole. Efeitos sociais (séc. XVII-XVIII). Anais da Universidade de Évora, jul./2001, p.15, com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, relativos à sociedade colonial brasileira.

1. A despeito da importância econômica que desempenhavam, comerciantes e mercadores reinóis enfrentavam, no Brasil, grande dificuldade para alcançar representação política.

Comentário:

As estruturas de poder da monarquia portuguesa davam grandes vantagens para aqueles que, dispendo de condição aristocrática, conseguiam operar dentro dos caminhos da corte, dando e conquistando favores. A vida burguesa e o trabalho manual da colônia eram vistos como menores, só conseguindo real expressão política alguns comerciantes de grosso trato, cuja condição se tornava inescapável para a vida econômica da colônia. Assim, a vida política estava baseada em valores outros, como a noção de nobreza e de viver nobremente, que não propriamente a renda. Item correto.

2. Entre as cláusulas do Pacto Colonial incluía-se a da obrigatoriedade de que os mercadores portugueses, quando solicitados, colaborassem militarmente com as forças da metrópole.

Comentário:

Ao contrário do que o item faz supor, nunca houve propriamente um documento batizado de pacto colonial, mas sim todo um sistema de leis e de práticas de exclusivismo que regulava a relação entre metrópole e colônia, impondo limitações às atividades da elite colonial em troca de compromissos metropolitanos. Portanto, não se pode falar de “cláusulas” do pacto colonial. Havia, sim, a criação de forças locais e acordos no sentido de segurança pública e de defesa, mas as forças metropolitanas eram regidas por Lisboa, recebendo reforços ocasionais de homens





arregimentados pelos grandes produtores. Os comerciantes costumavam agir mais no sentido do financiamento dos esforços de defesa. Item errado.

3. A centralização do poder político, refletida na concentração do aparato burocrático do império português em Lisboa, deu origem à monopolização do comércio colonial pelos mercadores lisboetas.

Comentário:

Até a segunda metade do século XVIII, é muito impreciso falar em uma concentração real do poder no império português. As dificuldades burocráticas, as dinâmicas internas do regime e as limitações de comunicações impunham à Coroa uma descentralização importante nas práticas. O aparato burocrático da Coroa portuguesa se equilibrava num ténue jogo de equilíbrios e de interesses que refletiam toda a aristocracia portuguesa. Além disso, a alta nobreza portuguesa estava muito mais interessada nas possibilidades da expansão para a Ásia e nos intrincados caminhos da corte lisboeta. A vida na colônia americana, por mais de um século, passou ao largo dessas discussões, ficando a cargo de nomes menores e mais distantes do centro do poder português, formando uma elite local, os “homens bons”. Item errado.

4. As companhias de guerra configuravam soluções econômicas típicas do mercantilismo colonial português, estando as expedições de exploração dos novos territórios associadas à captura de mão de obra escrava indígena.

Comentário:

As companhias de comércio, e não de guerra, eram expedientes político-econômicos relevantes nos diversos tipos de mercantilismo, muito embora tenham sofrido muito na colonização do território brasileiro, como a Cia. Geral de Comércio do Brasil do século XVII. Item errado.

CACD 2011

Questão 42

No que concerne à configuração territorial da América portuguesa, assinale a opção correta.

A. Em oposição às determinações da Coroa portuguesa, ao longo do século XVII, colonos partiram de Piratininga em busca de riquezas pelos sertões afora, o que foi decisivo para a configuração das fronteiras do Brasil e para a consolidação de São Paulo como importante pólo econômico no período colonial.

Comentário:

A província paulista teve uma importância secundária ao longo de praticamente todo o período colonial. As expedições partidas de Piratininga conseguiram interiorizar, sim, a colonização portuguesa, compreendendo as drogas do sertão e os primeiros indícios de metais preciosos na colônia. Entre o apresamento indígena e a assimilação pela miscigenação, foi-se conformando um



novo tipo de sociedade, criando algumas dinâmicas nos interiores, explorando o sertão e sedentarizando dessa nova sociedade, criando uma economia de tropeiros e de feiras. No entanto, nada disso pode ser comparado à centralidade econômica das economias açucareira e aurífera. Alternativa errada.

B. As tensões entre castelhanos e portugueses, no Novo Mundo, tiveram início com a decisão, tomada por Portugal, de ocupar vastas extensões de terra na bacia amazônica, já nas primeiras décadas do século XVI, e atingiram dimensão ainda mais violenta na vigência da União Ibérica (1580-1640).

Comentário:

A ocupação da bacia amazônica se arrastou em passos tímidos ao longo dos séculos, ainda que com a decisão firme de manter fechada a navegação, havendo, inclusive, decisiva participação dos jesuítas nessa ocupação. As primeiras décadas do século XVI apresentavam vantagens grandes demais no comércio com a Ásia para que Portugal mobilizasse grandes recursos e esforços para aprofundar a ocupação da América. Sob a vigência da União Ibérica, os limites do meridiano do Tratado de Tordesilhas perderam o sentido, com os esforços de interiorização sendo alvos de menor vigilância; mas nada que possa ser visto como aumento de violência. Alternativa errada.

C. Ponto principal entre as diversas áreas de colonização portuguesa no extremo sul do Novo Mundo, a Colônia de Sacramento foi fundada para servir como base do comércio lusitano na região, e a necessidade de neutralizar a crescente importância econômica dessa colônia levou os espanhóis a fundarem Buenos Aires na outra margem do rio da Prata.

Comentário:

O erro mais evidente do item está quanto à cronologia. Buenos Aires foi fundada definitivamente em 1580, um século antes da fundação portuguesa da Colônia de Sacramento, na margem oposta do Rio da Prata. Sacramento foi o grande esforço português para marcar sua presença militar no Prata, uma vez que seus grandes esforços comerciais estavam no nordeste do território, com o ciclo do açúcar. Por sua vez, o Prata era rota fundamental para a Espanha, controlando e mercado com a Província do Peru. Alternativa errada.

D. A decisão castelhana de invadir a Colônia de Sacramento, motivada por interesses específicos da elite de Buenos Aires, foi tomada quando o estado de hostilidade entre Castela e Portugal, presente em grande parte da segunda metade do século XVIII, sinalizava evidente distensão.

Comentário:

Nessa alternativa, o candidato precisa ter muito claro o papel da Colônia de Sacramento no Tratado de Madri (1750). Sacramento foi a grande moeda de barganha portuguesa a favor da expansão territorial para o oeste. Isto é, Portugal renunciava a sua posição no Prata, entregando Sacramento em troca da revisão da fronteira oeste estabelecida em 1494. Assim, não faz sentido falar-se de uma invasão castelhana da Colônia de Sacramento na segunda metade do século XVIII.

O que ocorreu, de fato no período, foi a invasão castelhana na província do Rio Grande de São Pedro. Alternativa errada.

E. No período entre a assinatura dos tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), as duas metrópoles ibéricas foram levadas ao confronto bélico na fronteira meridional do Brasil, cujo resultado beneficiou Portugal, que anexou à sua colônia territórios que, pelo disposto no Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha.

Comentário:

Alternativa bastante duvidosa. De fato, houve embates importantes entre Portugal e Espanha de 1750 a 1777, em meio às acomodações territoriais exigidas pelo Tratado de Madri. Portugal entregara Sacramento, mas as regiões das Missões, a ilha de Santa Catarina e a província de Rio Grande de São Pedro foram alvos de ações castelhanas. O Tratado de Santo Ildefonso reafirmou vários pontos do Tratado de Madri, reconhecendo posições portuguesas no extremo sul, mas mantendo os Sete Povos das Missões e Sacramento sob controle espanhol em troca da retirada no Rio Grande e em Santa Catarina. Portugal já havia, teoricamente, superado as limitações do Tratado de Tordesilhas em 1750. Na prática, essas colônias já estavam sob domínio português antes e foram reconhecidas pelo Tratado de Madri, ainda que as posições do extremo sul tenham sido assentadas de maneira mais incisiva e complexa em 1777. Com dúvidas, alternativa correta.

CACD 2009

Questão 65

Em 1750, o brasileiro Alexandre de Gusmão, representante de Portugal, notabilizou-se nas conversações que resultaram na assinatura do Tratado de Madri. Entre outros méritos, Gusmão percebeu que, assim como os espanhóis jamais abdicariam da posse do estuário do Prata, os portugueses consideravam estratégico o estuário do Amazonas. O princípio do *uti possidetis*, defendido por Gusmão como critério geral para a negociação, significava, na prática, o seguinte:

- A. Cada parte terá o que tiver sido previamente acordado.
- B. Não pode haver posse se não houver propriedade.
- C. Entre a cruz e a espada, a razão pode prevalecer.
- D. O uso da força deslegitima o direito de posse.
- E. Cada parte há de ficar com o que atualmente possui.

Comentário:

Questão bastante simples. O *uti possidetis* significa “aquele que possui/ocupa”; isto é, a posse de jure cabe àquele que possui o território de fato, àquele que o ocupa. Assim, o desenho das fronteiras foi orientado pela existência de uma ocupação prévia do território em litígio. Portanto, está correta apenas a alternativa e.



CACD 2008

Questão 15

Acerca da cultura, economia e administração do período colonial da História do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. O colonizador português tolerou bem e conviveu harmoniosamente com as diferenças culturais da sociedade, evitando impor a hegemonia de sua cultura a indígenas e africanos.

Comentário:

Questão delicada. Houve, de fato, uma miscigenação entre os três elementos étnicos fundamentais da colônia brasileira. Em menor número, o português não conseguiria impor sua vontade e seus valores completamente, mas também dispunha de um relevante aparato repressor, ocorrendo, conseqüentemente, interpenetrações culturais. No entanto, não se pode atribuir esse fenômeno a uma disposição do colonizador português de manter as formas de conhecimento e de organização de negros e de indígenas, evitando exercer hegemonia. Assim, o item está errado.

2. Antônio Vieira, de olhos no futuro, aconselhava o fortalecimento do poder monárquico luso, tendo como um dos instrumentos a máquina mercantil do Estado, com o fim de vencer a concorrência entre os impérios europeus.

Comentário:

Antônio Vieira reconhecia na colônia portuguesa na América a grande chance de Portugal dar um salto definitivo na concorrência europeia. Fortalecendo o poder central com a alimentação do controle mercantilista sobre uma colônia grande e de importantes possibilidades, Vieira falava pelo fortalecimento do poder central como meio tanto de agir na Europa quanto de atingir um grau maior de eficiência das políticas coloniais, sem esbarrar nas tantas instâncias de acordos e de jogos de poder da vasta rede imperial portuguesa. Nesse sentido, a perigosa vida da corte e suas infinitas matizes e jogos eram um atraso a ser superado pela centralização. Item correto.

3. O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, amante da estatística e do cálculo, escreveu obra importante acerca da economia colonial no Brasil.

Comentário:

Antonil (1649-1716), importante clérigo da vida colonial brasileira, escreveu “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas” em 1711. Item correto.



4. A colonização do Brasil, desde as origens, em 1500, até a transferência da Corte portuguesa, em 1808, orientou-se apenas pelo modelo estatal, sem recorrer ao setor privado ou à cooperação entre o setor público e o privado.

Comentário:

As dimensões do reino português não conseguiriam manter a colonização caso não houvesse alianças com o setor privado. Além disso, para a realidade da época, tampouco fazia muito sentido estabelecer fronteiras claras entre público e privado nas tramas do antigo regime. A administração colonial, praticamente desde o início, delegou a particulares funções importantes e delicadas, bem como recorreu aos grandes produtores e comerciantes para empréstimos. A propriedade privada, portanto, foi uma presença marcante e decisiva em toda vida colonial brasileira. Item errado.

CACD 2007

Questão 39

O Tratado de Madri, de 1750, firmado entre os reis de Portugal e Espanha para pôr fim às disputas fronteiriças acerca de seus domínios na América do Sul, estabelece, em seu preâmbulo, os princípios que instruíram a negociação da linha divisória: "... se atenda com cuidado a dois fins: o primeiro e principal é que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem e o curso dos rios, e os montes mais notáveis; o segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os confins fiquem, quando for possível, menos sujeitos a controvérsias".

Tanto no período colonial brasileiro quanto no período independente, as fronteiras do Brasil com seus vizinhos da América do Sul foram objetos de acordos. À luz do texto, assinale a opção correta acerca do processo de estabelecimento das fronteiras do Brasil.

A. Ao longo dos séculos, o uso da força prevaleceu sobre a negociação diplomática quando se tratou de fixar as fronteiras do Brasil.

Comentário:

As fronteiras brasileiras foram praticamente todas definidas entre 1750 e 1912 com base na proeminência da atuação e com poucos conflitos. O uso da força não foi um critério relevante para as disputas lindeiras brasileiras, estando majoritariamente restrito às ações de resposta a agressões sofridas. Alternativa errada.

B. O Barão do Rio Branco criou a doutrina do *uti possidetis* aplicada nas negociações de limites.

Comentário:



A doutrina do *uti possidetis* foi incorporada às definições de fronteiras na América do Sul em 1750, com o Tratado de Madri; bem como foi retomada em definitivo pela diplomacia brasileira no início do Segundo Reinado pelo Visconde do Uruguai e o Visconde do Rio Branco. Ao Barão do Rio Branco, couberam importantes avanços e definições de fronteiras, mas não é o caso do *uti possidetis*. Alternativa errada.

C. Durante a Monarquia brasileira, estabeleceu-se, como um dos critérios de negociação, a ocupação efetiva do território no momento da independência.

Comentário:

No Segundo Reinado, a chancelaria brasileira, enfim, assumiu uma posição clara sobre as questões de definição de limites. Com as atuações fundamentais do Visconde do Uruguai e o Visconde do Rio Branco, reassumiu-se o *uti possidetis* como doutrina basilar na definição de fronteiras. Ou seja, os territórios de fato ocupados e reconhecidos no momento da independência devem ser reconhecidos como legítimos dos Estados nascentes. Alternativa correta.

D. O Tratado de Limites concluído em 1851 entre Brasil e Bolívia foi considerado, posteriormente, como modelo de negociação.

Comentário:

O Tratado de Limites de 1851 foi celebrado com o Uruguai. Com a Bolívia, os limites foram firmados apenas em 1857. Alternativa errada.

E. Os limites entre Brasil e Argentina foram arbitrados em laudo exarado pelo rei da Itália.

Comentário:

É importante ter-se claro que, na monarquia, a arbitragem foi relegada à última instância, dando-se preferência plena para os acordos bilaterais. A arbitragem sobre os limites entre Brasil e Argentina foi depositada nas mãos do presidente dos Estados Unidos em 1889. A arbitragem pelo rei da Itália envolveu o território disputado da Guiana Inglesa. Alternativa errada.

CACD 2005

Questão 6

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial européia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro, da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas florestas tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país

tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos. (Carlos Walter Porto Gonçalves. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: Berta K. Becker et al. (org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. 3.ª ed. São Paulo: Ana Blume–Hucitec, 2002, p. 312, com adaptações).

Partindo do tema tratado no texto e considerando o início do processo de colonização do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A decisão portuguesa de dar início efetivo à colonização de suas terras americanas, trinta anos após a descoberta, deveu-se, fundamentalmente, a dois fatores: o perigo concreto de perdê-las para concorrentes europeus, como os franceses, e a sensível redução dos lucros do comércio oriental de especiarias.

Comentário:

Com a estabilização do continente europeu no século XVI, a concorrência frente a Portugal e Espanha começou a ser organizada, com a emergência de França, Reino Unido e Países Baixos. Sem uma ocupação mais efetiva do território, Portugal não conseguiria manter uma proteção militar contra os invasores, países cujas receitas se reanimavam com novas possibilidades comerciais. Com novos concorrentes, o exclusivismo no comércio com a Ásia também foi relativizado, importando a Portugal uma alteração na sua situação econômica. Assim, colonizar a América foi uma solução necessária tanto econômica quanto militarmente. Item correto.

2. A colonização portuguesa processou-se conforme os padrões da época, ou seja, transferiu-se à iniciativa privada toda a responsabilidade de promover a ocupação da terra, defendê-la e fazê-la produzir. Essa situação, marcada pela ausência do Estado no empreendimento colonial, perdurou até o momento da independência.

Comentário:

É preciso matizar essa “ausência do Estado”. A componente privada foi essencial para a colonização da América, atribuindo a particulares capacidades grandes de mando e de organização da vida político-econômica da colônia. No entanto, o Estado se fazia presente com governadores gerais, as redes de favores e de relações do antigo regime e o exclusivismo protecionista do pacto colonial. De qualquer maneira, a gestão da colônia seria alterada de maneira importante com o ciclo do ouro no século XVIII, com a presença do Estado na organização da propriedade privada e na pesada cobrança de impostos, além da fiscalização sobre a extração do ouro. Item errado.

3. A extração de pau-brasil garantiu o êxito da empreitada colonizadora por cerca de dois séculos, perdendo a primazia somente a partir das descobertas das jazidas auríferas no interior da colônia.

Comentário:



O pau-brasil foi importante no século XVI, mas logo emergiu a rivalidade com o ciclo do açúcar e a grande lavoura escravocrata do nordeste brasileiro, reorganizando e deslocando a vida colonial. O comércio de grosso trato do açúcar e os importantes montantes investidos nas cadeias produtivas, além das transformações sociais decorrentes, compuseram um quadro mais rico e duradouro do que aquele verificado com o pau-brasil. Item errado.

4. Analisando o caso brasileiro, o texto focaliza um aspecto primordial da primeira fase do capitalismo, aquela em que a acumulação de capitais se dá, sobretudo, por meio da circulação das mercadorias.

Comentário:

A colonização brasileira e as lógicas exclusivistas do pacto colonial português estão profundamente ligadas à fase de acumulação capitalista pelo comércio, com ciclos de repetição sem saltos de investimento nem grandes melhorias tecnológicas. O entesouramento do capital em metais preciosos também foi traço característico desse processo. Item correto.

CACD 2005

Questão 20

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As conseqüências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

(J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.)



Partindo das informações do texto V e considerando a estrutura econômica vigente no período colonial brasileiro, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. O processo de colonização do Brasil, tal como o ocorrido nas demais colônias ibero-americanas, subordinou-se, em linhas gerais, ao processo de surgimento do capitalismo europeu de base mercantil e de sua afirmação ao longo da Idade Moderna.

Comentário:

A ênfase do mercantilismo europeu na acumulação de metais nobres, no comércio como gerador de riqueza e na lógica da monocultura foi fundamental para o modo como foram organizadas as colônias ibéricas na América. Espanha concentrou parte significativa dos seus esforços na extração da prata e do ouro, ainda que isso tenha exposto sua base monetária a uma corrosão inflacionária importante, já que não houve dinamização produtiva equivalente. Portugal, por seu turno, encontrou na *plantation* toda a base de agroexportação necessária para manter os ganhos com o comércio num momento de quase nula concorrência com os gêneros produzidos na colônia. Lógicas essas que atravessariam séculos, mesmo frente a uma clara decadência dos dois reinos no século XVIII. Item correto.

2. Latifúndio, escravidão e monocultura foram os traços definidores da colonização portuguesa em terras americanas, nela prevalecendo a produção voltada para o mercado externo.

Comentário:

A *plantation* adotada por Portugal para fazer circular o pacto colonial dentro de sua lógica mercantilista exigia a concentração de poderes e de terras na mão de poucos indivíduos para facilitar a organização e a fiscalização da produção monocultura. A ausência de concorrência internacional para o açúcar de qualidade produzido por meio da cana-de-açúcar criava uma demanda importante, que, sob a lógica de centralidade do comércio, foi traduzida na monocultura colonial. A população diminuta portuguesa era assimétrica frente às dimensões das lavouras coloniais e o ordenamento ético-jurídico da época permitia o emprego de mão-de-obra escrava para dar a produção elevada das lavouras. Item correto.

3. Infere-se do texto que a existência de um mecanismo definidor das relações de dominação e de dependência entre metrópoles e colônias — o pacto colonial — inviabilizava, na prática, o desenvolvimento, na colônia, de atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação.

Comentário:

Item de interpretação de texto. O exclusivismo comercial entre colônia e metrópole não proibia o emprego da terra para outras finalidades, mas a lógica latifundiária tornava extremamente vantajosa a adoção da monocultura. Como Portugal não teria condições de abastecer de víveres a população colonial, é óbvio que, nas franjas da *plantation*, surgisse uma lavoura destinada à subsistência e ao mercado interno, sem forças para competir com o latifúndio, mas com demanda o suficiente para garantir sua existência. Item errado.

4. A agroindústria açucareira nordestina monopolizou a economia colonial brasileira entre meados do século XVI e o transcurso do século seguinte, a despeito de não contar com fontes externas de financiamento e da falta de adequado mercado consumidor.

Comentário:

O ciclo do açúcar, que viveu seu auge no século XVII, contou com importantes mercados consumidores na Europa, implicando em lucros grandes num contexto de ausência de concorrência. O açúcar da colônia portuguesa só enfrentaria concorrência real com a colonização das Antilhas por holandeses e franceses no século XVIII. Além disso, a tecnologia necessária para a produção do açúcar em escala demandou, sim, importantes investimentos, que foram supridos por empréstimos, como foi o caso da presença holandesa em Pernambuco. Item errado.

CACD 2005

Questão 21

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As conseqüências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

(J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.)

Ao mencionar a existência de “centros mineradores”, o texto refere-se ao panorama econômico colonial predominante ao longo do século XVIII. Relativamente a essa realidade, que apresenta aspectos distintos daqueles verificados na economia açucareira, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A descoberta das minas de ouro no interior da colônia decorreu, essencialmente, da ação dos bandeirantes, expressão clássica de movimento expansionista de uma região — neste caso,



São Paulo — cujo elevado dinamismo econômico requeria a incorporação de novas áreas ao seu processo de crescente desenvolvimento.

Comentário:

A descoberta de metais preciosos ocorreu, sim, em meio às expansões e expedições promovidas pelos bandeirantes paulistas. Não por acaso, o fechamento da província das Minas Gerais seria antecedido pela Guerra dos Emboabas, opondo tropas portuguesas e sertanistas paulistas. No entanto, o movimento de interiorização paulista não se dá por pressão de expansão econômica, mas sim por um modesto comércio de drogas do sertão e de mão-de-obra escrava indígena, bem como de capitães mateiros buscando escravos. São Paulo seria uma província menor durante praticamente todo o período colonial, sem viver qualquer tipo de relevante dinamização. Item errado.

2. Por suas características, a atividade mineradora possibilitou o aparecimento de núcleos urbanos, de uma estrutura social menos impermeável, quando comparada ao patriarcalismo nordestino, e de outras atividades econômicas voltadas para o abastecimento das áreas de mineração.

Comentário:

O ciclo aurífero brasileiro foi seguido por um importante processo de urbanização e de galvanização populacional com relativa distribuição de renda. A resultante demanda por novos serviços além dos víveres básicos possibilitou uma progressiva formação de uma classe média urbana nas áreas de mineração, numa lógica diferente daquela do patriarcalismo nordestino, na qual todo o dinheiro é restringido às mãos do latifundiário. O caráter quase aleatório da extração mineral aumenta a permeabilidade por possibilitar o enriquecimento rápido, bem como atrai um número significativo de indivíduos pela possibilidade de circulação de dinheiro, ao contrário da concentração de renda e de poder nas aristocracias rurais. Assim, a lógica da mineração torna mais fácil a entrada de mais indivíduos no ciclo econômico, bem como gera crescimento por aumento de demanda. Item correto.

3. Na mineração, diferentemente do ocorrido no Nordeste açucareiro, a presença do Estado metropolitano como agente econômico foi preponderante, evidenciada no elevado nível de investimento financeiro na região, na exploração estatal das minas e na adoção de mecanismos diretos de arrecadação de impostos.

Comentário:

De fato, a presença estatal foi muito maior no ciclo do ouro do que na agroexportação nordestina, desde o momento do fechamento das estradas da província afim de controle estatal até a instauração de um importante complexo tributário sobre as atividades econômicas. No entanto, o Estado português não assumiu diretamente a extração do ouro, ficando restrito às casas de fundição – para regular seus volumes de extração e sua circulação – e à cobrança significativa de impostos. Ainda que tenha se convertido num agente econômico muito mais relevante do que quando comparado aos ciclos anteriores, o Estado português não atingiu o grau de intervenção indicado no item. Portanto, item errado.

4. A mineração contribuiu para o esvaziamento econômico do Nordeste e transferiu para o Centro-Sul o eixo político da colônia, de que seria exemplo marcante a mudança da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro.

Comentário:

O ciclo aurífero no Brasil coincidiu com o surgimento de robusta competição internacional para a lavoura colonial, impondo importantes perdas de posições comerciais para o açúcar, até então produto maior da monocultura colonial. Por sua vez, a mineração tanto demandava uma grande quantidade de mão-de-obra escrava quanto absorvia párias sob o discurso da febre do ouro, já que qualquer um poderia tentar a sorte num eito de mineração e fazer fortuna, ao contrário da estrutura latifundiária da *plantation*. Nesse sentido, a mineração conseguiu drenar importantes contingentes populacionais para o centro-sul da colônia, cujo enriquecimento também relativizou os papéis dos grandes centros nordestinos, emergindo pólos importantes como Vila Rica no cenário político brasileiro. Esse plano geral de transferência político-econômica desaguarda, de maneira inapelável, na transferência da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro no exato momento da transferência da capital de todo o império português para a América. Assim, item correto.





Exercícios apresentados

CACD 2018

Questão 49

A consolidação da conquista do território da América Portuguesa foi marcada pelo casuísmo, construído com base nos interesses e forças do reino português e nos desafios e benesses das possessões coloniais. Considerando esse processo, julgue (C ou E) os itens seguintes.

1 Entre 1626 e 1772, a América Portuguesa teve seu território dividido em duas regiões administrativas: as capitanias meridionais formavam o Estado do Brasil, com sede em Salvador e, posteriormente, no Rio de Janeiro; a parte setentrional, por sua vez, constituía o Estado do Maranhão e Grão-Pará até 1751, quando foi substituído pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão, e sua sede foi transferida de São Luís para Belém.

2 Os conflitos ocorridos na Europa no início do século XVIII, marcadamente a Guerra de Sucessão Espanhola, impulsionaram as discussões diplomáticas entre os reinos ibéricos acerca dos limites de seus domínios na América. Nesse contexto, destacou-se a ação de Alexandre de Gusmão como proponente da cedência da Colônia de Sacramento por Portugal, definida no Tratado de Madri.

3 A ausência de rotas comerciais internas na América Portuguesa dificultou o controle do território e resultou no isolamento das capitanias, que tratavam quase que exclusivamente com a sede do governo colonial e a metrópole europeia.

4 A disputa entre Portugal e França pelo Cabo Norte, atual Amapá, foi resolvida com a assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713.

CACD 2018

Questão 46

Em novembro de 1807, temendo ser aprisionado pelas tropas de Napoleão Bonaparte, o príncipe regente de Portugal, D. João VI, deixou Lisboa acompanhado de sua família e de boa parte da nobreza da Corte, em direção ao Brasil, onde se estabeleceu até 1821, ano em que regressou à metrópole já como rei. Com relação às diversas consequências, para a colônia, da permanência de D. João VI no Brasil, julgue (C ou E) os itens seguintes.

2 A noção de brasilidade, ou seja, a consciência de ser brasileiro, esteve presente desde cedo na cultura política e na identidade da sociedade brasileira, tendo-se manifestado nas sedições nativistas da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana, ambas de cunho emancipacionistas, e, em fins do período colonial, terminado por ser a base da luta pela independência do Brasil.





CACD 2018

Questão 45

A principal autoridade em todos os domínios coloniais portugueses era o rei, que, na administração desses domínios, contava com o auxílio do Conselho Ultramarino e da Mesa de Consciência e Ordens. Tendo em vista que, apesar do auxílio dessas instituições, a organização administrativa do Brasil colonial funcionava de modo precário, julgue (C ou E) os seguintes itens, relativos às causas dessa precariedade.

- 1 As distâncias, a consequente lentidão das comunicações, e a falta de aparato humano burocrático dificultavam o controle da população e a observância restrita das leis.
- 2 Embora fosse consensual e geograficamente constatável, a unidade territorial brasileira aparecia oficialmente visível apenas nos títulos do vice-rei e do príncipe do Brasil.
- 3 O processo administrativo era excessivamente centralizado: todas as decisões de maior ou média envergadura administrativa passavam pelo crivo de Portugal; de tudo se queria saber em Lisboa e por tudo se interessavam o Conselho Ultramarino e a Corte.
- 4 A Coroa Portuguesa, do início ao fim da colonização, procurou manter o controle total sobre o empreendimento colonial, motivo pelo qual resistiu às investidas da iniciativa privada (ou particular), no sentido de assumir papel exclusivo na exploração econômica da colônia.

CACD 2018

Questão 44

Tendo em vista que, como colônia de Portugal, o Brasil fazia parte do mercantilismo da Idade Moderna, que tinha no sistema colonial um dos fatores fundamentais do processo de acumulação primitiva da Europa nos séculos XVI, XVII e XVIII, julgue (C ou E) os itens a seguir, acerca das características básicas da produção brasileira no período colonial.

- 1 Exercida sob o modelo de latifúndio autossuficiente, a produção gerava excedentes que propiciavam um vigoroso comércio entre as capitanias.
- 2 Prevalencia a monocultura agroexportadora, principalmente de açúcar, com predomínio do latifúndio da terra e do trabalho escravo (indígenas e africanos) generalizado.
- 3 No período em apreço, em que predominava a pluricultura de produtos, a produção aurífera mineira era voltada para a metrópole, e as indústrias básicas, como a metalurgia, empregavam uma pequena parcela de trabalhadores livres.



4 A posse da terra era concedida exclusivamente a proprietários de pequeno e médio porte; predominava o trabalho escravo e a produção manufatureira livre destinava seus produtos à venda por comerciantes portugueses na Europa.

CACD 2017

Questão 44

A configuração territorial da América portuguesa colonial foi alcançada por meio de um processo histórico dinâmico, iniciado no século XVI. A respeito desse tema, julgue os seguintes itens:

1. No final do século XVI, os portugueses tinham as posições fortificadas na foz do rio Amazonas e na margem oriental do rio da Prata.
2. Com a finalidade de garantir a efetiva ocupação da região de São Vicente, no atual litoral paulista, Martim Afonso de Souza deu início, por ordem da Coroa portuguesa, às concessões hereditárias de terras a portugueses que trazia, com esse objetivo, em sua expedição.
3. As capitanias hereditárias foram concedidas a militares portugueses, que recebiam as doações como reconhecimento por serviços prestados à Coroa, bem como para reforçar a defesa do território colonial e facilitar a sua exploração.
4. A doação de terras pelos capitães-donatários a sesmeiros deu origem à formação de latifúndios.

CACD 2017

Questão 45

No que se refere a fatores que contribuíram para a configuração do território da América portuguesa colonial, julgue os itens a seguir:

1. Sertanistas de São Paulo penetraram no interior da América do Sul nos séculos XVI e XVII, viabilizando a ocupação da região pelos portugueses.
2. Pelo Tratado de Madri, de 1750, a Espanha aceitou a posse portuguesa do Mato Grosso, da Amazônia e da margem oriental do rio da Prata.
3. Com o Tratado de Badajoz, de 1801, a posse da região dos Sete Povos, no oeste gaúcho, passou à Espanha, mas o território foi retomado pelos portugueses em 1816.
4. A linha divisória entre Portugal e Espanha estabelecida pelo tratado de Tordesilhas não abrangia o Pacífico, mas apenas o Atlântico.



CACD 2016

Questão 45

“Os acontecimentos são como a espuma da história, bolhas que, grandes ou pequenas, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância”. São de Georges Duby essas observações. De acordo com ele, “acontecimentos sensacionais” – a exemplo da chegada da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro, em 1808; da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815; da oficialização do rompimento entre Brasil e Portugal, em 1822; da outorga da Carta Constitucional do Império, em 1824; e da abdicação de D. Pedro I, em 1831 – podem apresentar valor inestimável para a compreensão das circunstâncias históricas nas quais se evidenciaram. (Cecília Helena de Salles Oliveira. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.). O Brasil imperial (vol. I – 1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 17, com adaptações)

Tendo o fragmento de texto precedente como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo de independência do Brasil, julgue os itens seguintes.

1. As teses libertárias do Iluminismo, que embalsamaram a Revolução Francesa de 1789 e impulsionaram a independência das treze colônias inglesas na América do Norte, em 1776, também chegaram ao Brasil, presentes em movimentos emancipacionistas como as Conjurações Baiana (1798) e Mineira (1789).

CACD 2014

Questão 45

As últimas décadas do século XVIII foram marcadas por acontecimentos internacionais com reflexos no Brasil. A conjuntura econômica e política agravava a situação do lado de cá do Atlântico, pois tinha início a passagem de um regime de monopólios para o de livre concorrência. A crise do sistema colonial foi explorada por três conspirações capazes de revelar a influência dos ideais de liberdade disseminados pela Revolução Francesa, e a ideia de que uma eventual independência da América portuguesa tomava forma. (Mary Del Priore e Renato Venâncio. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010, p. 143-4, com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, considerando o processo de independência do Brasil.

2. Entre as conspirações que exploraram o quadro de crise do sistema colonial, como apontado no texto, nenhuma foi mais importante que a Conjuração Mineira, em 1789, quando, a partir de Vila Rica – próspero centro minerador e no auge de sua capacidade exploradora –, os inconformes disseminaram pela colônia seus ideais emancipacionistas, republicanos e abolicionistas.





3. Enquanto as ideias iluministas, que fundamentaram a Revolução Francesa 1789, chegavam ao Brasil e incendiavam os movimentos pela independência, que se multiplicavam pela colônia, a independência das treze colônias inglesas da América do Norte foi ignorada tanto nas colônias hispânicas quanto no Brasil.

4. Transformando as bases materiais da sociedade, com vigorosa repercussão política, social e cultural, a Revolução Industrial rompeu com os elementos de sustentação da economia vigente na Idade Moderna, subvertendo os pilares do antigo sistema colonial sobre os quais se assentara a colonização portuguesa na América.

CACD 2013

Questão 43

Acerca da configuração territorial da América portuguesa, julgue os seguintes itens.

1. O Tratado de Madri tinha como princípio principal, quanto à definição de fronteiras, o *uti possidetis* e como argumento subsidiário, aplicável à foz do Amazonas e ao Rio da Prata, o *mare liberum*.
2. A expansão territorial para o sul, para que o Rio da Prata fosse limite natural, resultou na fundação de Montevidéu em 1680.
3. No século XVII, os portugueses conquistaram o litoral nordestino e a foz do rio Amazonas.
4. A criação de gado foi a primeira atividade produtiva promotora da interiorização mais profunda da colonização.

CACD 2012

Questão 41

Assinale a opção correta acerca da repercussão, na América portuguesa, das medidas adotadas por Portugal no período pombalino.

- A. Com o Tratado de Madri, assinado durante o reinado de D. José I, a Espanha reconheceu a soberania portuguesa sobre extensão, na América, superior à delimitada pelo Tratado de Tordesilhas.
- B. A descentralização administrativa da América portuguesa foi uma das estratégias políticas pombalinas de constituição de um império de dois continentes, no intuito de preservar a integridade do Brasil.





- C. No período referido acima, Portugal reafirmou a sua soberania sobre a província do Maranhão ao reprimir a tentativa do aventureiro inglês Beckman de se apossar dessa província.
- D. O enfrentamento militar com os espanhóis no Brasil meridional culminou com a ocupação parcial do Rio Grande de São Pedro, pela Espanha, por mais de uma década.
- E. A Convenção de Sintra, assinada por Portugal e Inglaterra, por influência do Marquês de Pombal, possibilitou a consolidação inglesa na Guiana, no norte da Amazônia.

CACD 2011

Questão 41

Segundo Frei Vicente do Salvador, em uma das ocasiões em que foi necessário pegar em armas para submeter os gentios da região do Cabo de Santo Agostinho, Duarte de Albuquerque Coelho organizou várias companhias de guerra. Em Olinda, servindo-se de “mercadores e moradores, porque eram de diversas partes do Reino”, o donatário “ordenou outras três companhias”: “que por capitão dos de Viana do Castelo fosse João Pais, dos do Porto, Bento Dias Santiago e dos de Lisboa, Gonçalo Mendes d’Elvas, mercador”. (Leonor F. Costa. Redes interportuárias nos circuitos do açúcar brasileiro. O trejeto de Gaspar Pacheco, um banqueiro de D. João IV. In: M. Cunha (coord.) Do Brasil à metrópole. Efeitos sociais (séc. XVII-XVIII). Anais da Universidade de Évora, jul./2001, p.15, com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, relativos à sociedade colonial brasileira.

1. A despeito da importância econômica que desempenhavam, comerciantes e mercadores reinóis enfrentavam, no Brasil, grande dificuldade para alcançar representação política.
2. Entre as cláusulas do Pacto Colonial incluía-se a da obrigatoriedade de que os mercadores portugueses, quando solicitados, colaborassem militarmente com as forças da metrópole.
3. A centralização do poder político, refletida na concentração do aparato burocrático do império português em Lisboa, deu origem à monopolização do comércio colonial pelos mercadores lisboetas.
4. As companhias de guerra configuravam soluções econômicas típicas do mercantilismo colonial português, estando as expedições de exploração dos novos territórios associadas à captura de mão de obra escrava indígena.

CACD 2011

Questão 42



No que concerne à configuração territorial da América portuguesa, assinale a opção correta.

- A. Em oposição às determinações da Coroa portuguesa, ao longo do século XVII, colonos partiram de Piratininga em busca de riquezas pelos sertões afora, o que foi decisivo para a configuração das fronteiras do Brasil e para a consolidação de São Paulo como importante pólo econômico no período colonial.
- B. As tensões entre castelhanos e portugueses, no Novo Mundo, tiveram início com a decisão, tomada por Portugal, de ocupar vastas extensões de terra na bacia amazônica, já nas primeiras décadas do século XVI, e atingiram dimensão ainda mais violenta na vigência da União Ibérica (1580-1640).
- C. Ponto principal entre as diversas áreas de colonização portuguesa no extremo sul do Novo Mundo, a Colônia de Sacramento foi fundada para servir como base do comércio lusitano na região, e a necessidade de neutralizar a crescente importância econômica dessa colônia levou os espanhóis a fundarem Buenos Aires na outra margem do rio da Prata.
- D. A decisão castelhana de invadir a Colônia de Sacramento, motivada por interesses específicos da elite de Buenos Aires, foi tomada quando o estado de hostilidade entre Castela e Portugal, presente em grande parte da segunda metade do século XVIII, sinalizava evidente distensão.
- E. No período entre a assinatura dos tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), as duas metrópoles ibéricas foram levadas ao confronto bélico na fronteira meridional do Brasil, cujo resultado beneficiou Portugal, que anexou à sua colônia territórios que, pelo disposto no Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha.

CACD 2009

Questão 65

Em 1750, o brasileiro Alexandre de Gusmão, representante de Portugal, notabilizou-se nas conversações que resultaram na assinatura do Tratado de Madri. Entre outros méritos, Gusmão percebeu que, assim como os espanhóis jamais abdicariam da posse do estuário do Prata, os portugueses consideravam estratégico o estuário do Amazonas. O princípio do ut possidetis, defendido por Gusmão como critério geral para a negociação, significava, na prática, o seguinte:

- A. Cada parte terá o que tiver sido previamente acordado.
- B. Não pode haver posse se não houver propriedade.
- C. Entre a cruz e a espada, a razão pode prevalecer.
- D. O uso da força deslegitima o direito de posse.
- E. Cada parte há de ficar com o que atualmente possui.

CACD 2008



Questão 15

Acerca da cultura, economia e administração do período colonial da História do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. O colonizador português tolerou bem e conviveu harmoniosamente com as diferenças culturais da sociedade, evitando impor a hegemonia de sua cultura a indígenas e africanos.
2. Antônio Vieira, de olhos no futuro, aconselhava o fortalecimento do poder monárquico luso, tendo como um dos instrumentos a máquina mercantil do Estado, com o fim de vencer a concorrência entre os impérios europeus.
3. O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, amante da estatística e do cálculo, escreveu obra importante acerca da economia colonial no Brasil.
4. A colonização do Brasil, desde as origens, em 1500, até a transferência da Corte portuguesa, em 1808, orientou-se apenas pelo modelo estatal, sem recorrer ao setor privado ou à cooperação entre o setor público e o privado.

CACD 2007

Questão 39

O Tratado de Madri, de 1750, firmado entre os reis de Portugal e Espanha para pôr fim às disputas fronteiriças acerca de seus domínios na América do Sul, estabelece, em seu preâmbulo, os princípios que instruíram a negociação da linha divisória: "... se atenda com cuidado a dois fins: o primeiro e principal é que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem e o curso dos rios, e os montes mais notáveis; o segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os confins fiquem, quando for possível, menos sujeitos a controvérsias".

Tanto no período colonial brasileiro quanto no período independente, as fronteiras do Brasil com seus vizinhos da América do Sul foram objetos de acordos. À luz do texto, assinale a opção correta acerca do processo de estabelecimento das fronteiras do Brasil.

- A. Ao longo dos séculos, o uso da força prevaleceu sobre a negociação diplomática quando se tratou de fixar as fronteiras do Brasil.
- B. O Barão do Rio Branco criou a doutrina do uti possidetis aplicada nas negociações de limites.
- C. Durante a Monarquia brasileira, estabeleceu-se, como um dos critérios de negociação, a ocupação efetiva do território no momento da independência.



- D. O Tratado de Limites concluído em 1851 entre Brasil e Bolívia foi considerado, posteriormente, como modelo de negociação.
- E. Os limites entre Brasil e Argentina foram arbitrados em laudo exarado pelo rei da Itália.

CACD 2005

Questão 6

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial européia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro, da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas florestas tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos. (Carlos Walter Porto Gonçalves. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: Berta K. Becker et al. (org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. 3.ª ed. São Paulo: Ana Blume–Hucitec, 2002, p. 312, com adaptações).

Partindo do tema tratado no texto e considerando o início do processo de colonização do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A decisão portuguesa de dar início efetivo à colonização de suas terras americanas, trinta anos após a descoberta, deveu-se, fundamentalmente, a dois fatores: o perigo concreto de perdê-las para concorrentes europeus, como os franceses, e a sensível redução dos lucros do comércio oriental de especiarias.
2. A colonização portuguesa processou-se conforme os padrões da época, ou seja, transferiu-se à iniciativa privada toda a responsabilidade de promover a ocupação da terra, defendê-la e fazê-la produzir. Essa situação, marcada pela ausência do Estado no empreendimento colonial, perdurou até o momento da independência.
3. A extração de pau-brasil garantiu o êxito da empreitada colonizadora por cerca de dois séculos, perdendo a primazia somente a partir das descobertas das jazidas auríferas no interior da colônia.
4. Analisando o caso brasileiro, o texto focaliza um aspecto primordial da primeira fase do capitalismo, aquela em que a acumulação de capitais se dá, sobretudo, por meio da circulação das mercadorias.

CACD 2005



Questão 20

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As conseqüências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

(J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.)

Partindo das informações do texto V e considerando a estrutura econômica vigente no período colonial brasileiro, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. O processo de colonização do Brasil, tal como o ocorrido nas demais colônias ibero-americanas, subordinou-se, em linhas gerais, ao processo de surgimento do capitalismo europeu de base mercantil e de sua afirmação ao longo da Idade Moderna.
2. Latifúndio, escravidão e monocultura foram os traços definidores da colonização portuguesa em terras americanas, nela prevalecendo a produção voltada para o mercado externo.
3. Infere-se do texto que a existência de um mecanismo definidor das relações de dominação e de dependência entre metrópoles e colônias — o pacto colonial — inviabilizava, na prática, o desenvolvimento, na colônia, de atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação.
4. A agroindústria açucareira nordestina monopolizou a economia colonial brasileira entre meados do século XVI e o transcurso do século seguinte, a despeito de não contar com fontes externas de financiamento e da falta de adequado mercado consumidor.

CACD 2005

Questão 21



À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As conseqüências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

(J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.)

Ao mencionar a existência de “centros mineradores”, o texto refere-se ao panorama econômico colonial predominante ao longo do século XVIII. Relativamente a essa realidade, que apresenta aspectos distintos daqueles verificados na economia açucareira, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A descoberta das minas de ouro no interior da colônia decorreu, essencialmente, da ação dos bandeirantes, expressão clássica de movimento expansionista de uma região — neste caso, São Paulo — cujo elevado dinamismo econômico requeria a incorporação de novas áreas ao seu processo de crescente desenvolvimento.
2. Por suas características, a atividade mineradora possibilitou o aparecimento de núcleos urbanos, de uma estrutura social menos impermeável, quando comparada ao patriarcalismo nordestino, e de outras atividades econômicas voltadas para o abastecimento das áreas de mineração.
3. Na mineração, diferentemente do ocorrido no Nordeste açucareiro, a presença do Estado metropolitano como agente econômico foi preponderante, evidenciada no elevado nível de investimento financeiro na região, na exploração estatal das minas e na adoção de mecanismos diretos de arrecadação de impostos.
4. A mineração contribuiu para o esvaziamento econômico do Nordeste e transferiu para o Centro-Sul o eixo político da colônia, de que seria exemplo marcante a mudança da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.